

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Economia e Relações Internacionais

MARIA FERNANDEZ DE MOURA FERRO

Política Externa e Temas Sociais: Uma análise da trajetória da posição do Brasil nas
Conferências Mundiais da ONU Sobre a Mulher

Florianópolis
2016

MARIA FERNANDEZ DE MOURA FERRO

POLÍTICA EXTERNA E TEMAS SOCIAIS: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DA
POSIÇÃO DO BRASIL NAS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DA ONU SOBRE A
MULHER

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Iara Costa Leite

Florianópolis
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota **9,0** à aluna Maria Fernandez de Moura Ferro na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a. Iara Costa Leite

Prof. Dr^a. Teresa Kleba Lisboa

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

RESUMO

A política externa brasileira passou décadas voltada majoritariamente para o crescimento econômico do país e para a sua consolidação como nação influente no plano global. Foi preciso a superação da Guerra Fria, que influenciou diretamente na mudança de pautas na agenda mundial, e a alternância do regime militar para um regime democrático para que o país passasse a englobar questões sociais na agenda de política externa, fortalecendo sua participação em fóruns internacionais sobre direitos humanos. O principal objetivo deste trabalho é analisar a trajetória do posicionamento brasileiro nas Conferências da ONU Sobre a Mulher e compreender se essas transformações no contexto doméstico e global influenciaram a representação do Brasil na IV Conferência da ONU Sobre a Mulher (1995), em Pequim, comparando-a com a representação nas conferências anteriores (1975, 1980 e 1985). Como meio de atingir este objetivo, serão cumpridos os objetivos específicos de apresentar a trajetória do movimento feminista ocidental e brasileiro nos séculos XIX e XX; apresentar as principais pautas da agenda de política externa brasileira ao longo do século XX; caracterizar as Conferências Mundiais da ONU Sobre a Mulher, seus objetivos, decisões e conquistas; analisar a representação do Brasil nas conferências e; buscar compreender em que instâncias o movimento feminista brasileiro influenciou na representação do país.

Palavras-chave: Conferências da ONU Sobre a Mulher; Conferência de Pequim; movimento feminista; política externa brasileira.

ABSTRACT

Brazilian foreign policy remained for decades mostly focused on Brazil's economic growth and on the country's consolidation as an influential nation on world level. It was necessary the overcome of the Cold War, which influenced directly on changes in the international agenda guidelines, and the change of the military dictatorship to a democracy for the country begin to cover social questions on its foreign policy agenda, strengthening Brazil's participation on international forums for human rights. This paper intends to analyze Brazil's positioning throughout the UN World Conferences on Women and comprehend if the transformations on domestic and global levels had influenced on Brazil's representation at the Fourth World Conference on Women (1995), in Beijing, comparing it to the representation at the previous conferences (1975, 1980, 1985). This paper will show and characterize the history of the western and Brazilian feminist movements; the main guidelines of the Brazilian foreign policy agenda throughout the twentieth century; the UN World Conferences on Women, their goals, decisions and achievements; analyze Brazil's representation at the conferences; and, at last, this paper will try to comprehend if the Brazilian feminist movement had influenced on Brazil's representation at the conferences.

Key words: UN World Conferences on Women; Fourth World Conference on Women; feminist movement; Brazilian foreign policy.

Lista de abreviaturas e siglas

- AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
- APE – Análise de Política Externa
- CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- CNPM – Conferência Nacional de Políticas para Mulheres
- CSW – Comissão Sobre a Situação da Mulheres
- ECOSOC – Conselho Econômico e Social da ONU
- EUA – Estados Unidos da América
- FBPF – Federação Brasileira para o Progresso Feminino
- G77 – Grupo dos 77
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- NOW – Organização Nacional da Mulher
- OEA – Organização dos Estados Americanos
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- OMC – Organização Mundial do Comércio
- ONG – Organização Não-Governamental
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OPA – Operação Pan-Americana
- PEI – Política Externa Independente
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PNPM – Plano Nacional de Políticas para Mulheres
- PT – Partido dos Trabalhadores
- SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres
- URSS – União Soviética

Lista de quadros

Quadro 1 – As três primeiras Conferências da ONU Sobre a Mulher: objetivos e resultados.39

Lista de figuras

Figura 1 – Encontro Nacional Mulheres e Constituinte	33
Figura 2 – Visão geral da cerimônia de inauguração da Conferência do México.....	36
Figura 3 – Lucille Marie, Secretária-Geral da Conferência de Copenhague, na cerimônia de abertura	38
Figura 4 – Encerramento da Conferência de Nairóbi	38
Figura 5 – Visão geral da IV Conferência da ONU Sobre a Mulher, em Pequim	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 TEORIAS CLÁSSICAS E NOVAS ABORDAGENS: DO REALISMO À ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA	13
2.1 O Realismo e a caixa-preta do Estado	13
2.2 Interdependência, cooperação internacional e regimes internacionais.....	16
2.3 Globalização e novos temas na agenda internacional	19
2.4 Análise de Política Externa.....	20
2.5 Considerações Finais	23
3 CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA	24
3.1 Breve trajetória do movimento feminista Ocidental	24
3.2 Breve trajetória do movimento feminista brasileiro	27
3.3 O papel da ONU na promoção do regime internacional sobre os direitos da mulher ...	34
3.4 Considerações Finais	43
4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A ATUAÇÃO DO BRASIL NAS CONFERÊNCIAS DA ONU SOBRE A MULHER	44
4.1 Política Externa Brasileira: principais objetivos no Século XX.....	44
4.2 1975 à 1985 – A atuação brasileira nas três primeiras Conferências da ONU Sobre a Mulher	52
4.3 Preparação e atuação brasileira na Conferência de Pequim	57
4.4 Os direitos das mulheres no Brasil pós-Conferência de Pequim.....	62
4.5 Considerações Finais	64
5 CONCLUSÃO	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

1 INTRODUÇÃO

A influência do fim do regime militar e do novo cenário internacional, proveniente do fim da Guerra Fria, na política externa brasileira já foram discutidos anteriormente (PINHEIRO, 2007; SARAIVA; TEDESCO, 2001). No âmbito internacional, a emergência de uma nova ordem mundial que passou a inserir novos temas no topo da sua agenda internacional, como a promoção dos direitos humanos e ambientais, influenciou na política externa brasileira e no posicionamento do país nestas mesmas questões. No âmbito doméstico, o recém-reestabelecido governo democrático permitiu uma maior organização de movimentos sociais, bem como influenciou em uma abertura no processo decisório de política externa, fornecendo um maior espaço para que estes movimentos reivindicassem direitos e exigissem participação mais atuante de delegações brasileiras em fóruns globais. Porém, estes novos espaços e uma maior política de direitos humanos no país foram o suficiente para que o Brasil atuasse de maneira representativa nas Conferências das Organizações das Nações Unidas (ONU) Sobre a Mulher e garantisse os direitos das mulheres reivindicados pelo movimento feminista?

O movimento feminista está presente no Brasil desde os anos 20, porém conquistou apenas algumas das suas demandas ao decorrer dos anos. Parte destas vitórias deu-se por pressões do movimento feminista brasileiro, adotadas pelo governo, mas também pela pressão externa de organizações internacionais.

As organizações internacionais, como a ONU, tornaram-se mais conscientes da importância de promover políticas que garantissem uma melhor condição de vida às mulheres nas sociedades, tanto economicamente quanto socialmente, a partir da consolidação do movimento feminista ocidental como movimento político, na década de 60, que promoveu manifestações históricas nos Estados Unidos e na Europa e atingiu esferas internacionais, reivindicando direitos. A partir destas reivindicações do movimento feminista, a ONU proclamou o ano de 1975, como “Ano Internacional da Mulher” e promoveu a I Conferência da ONU Sobre a Mulher, na Cidade do México, em 1975. Esta conferência foi seguida por outras três em 1980, 1985 e 1995, respectivamente em Copenhague (Dinamarca), em Nairóbi (Quênia) e em Pequim (China).

A realização destas conferências influenciou o movimento feminista brasileiro que, desde a primeira conferência em 1975, mesmo durante a ditadura militar, conseguiu aumentar a relevância dos seus ideais entre a opinião pública. O movimento feminista brasileiro

revitalizou-se com a redemocratização, pressionando as esferas políticas por direitos e liberdades para as mulheres. O período de redemocratização e a consolidação do país como uma democracia contribuíram para uma alteração na política externa, também influenciada pelo novo cenário internacional pós-Guerra Fria, que modificaram gradativamente a atuação do Brasil nas Conferências da ONU Sobre a Mulher, primeiramente na Conferência de Nairóbi, em 1985, e de forma mais aparente na Conferência de Pequim, em 1995.

A política externa brasileira passou por várias fases durante as conferências. Assim como qualquer política pública, a política externa brasileira sofre mudanças em suas agendas e em seus atores, pelo sistema em que está inserida e também pela agenda de seus governos (MILANI, 2011). A política externa é influenciada tanto por fatores internos quanto fatores externos e a análise de política externa é baseada em diversos fatores que podem modificar esta política, como a alternância de regime e a emergência de novos temas de relevância em âmbito internacional.

O objetivo deste trabalho é analisar a trajetória da participação brasileira nas quatro Conferências da ONU Sobre a Mulher, realizadas entre 1975 e 1995, de modo a entender de que forma a mudança do regime ditatorial para o regime democrático, assim como as alterações no cenário internacional, influenciaram a representação brasileira na IV Conferência Mundial da ONU Sobre a Mulher, ocorrida em 1995 em Pequim. Para alcançar este objetivo geral, serão cumpridos os objetivos específicos de apresentar a trajetória do movimento feminista ocidental e brasileiro nos séculos XIX e XX; apresentar as principais pautas da agenda de política externa brasileira ao longo do século XX; caracterizar as Conferências Mundiais da ONU Sobre a Mulher, seus objetivos, decisões e conquistas, caracterizar as Conferências Mundiais da ONU Sobre a Mulher, seus objetivos, decisões e conquistas; analisar a representação do Brasil nas conferências e; buscar compreender em que instâncias o movimento feminista brasileiro influenciou na representação do país.

A análise da atuação brasileira nas Conferências da ONU sobre a Mulher é importante para buscar compreender como os compromissos internacionais assumidos pelo país se relacionam com o avanço de políticas públicas domésticas¹. Ainda, a análise da influência da redemocratização e da mudança no contexto internacional na atuação do país nas conferências, assim como na ampliação da discussão dos direitos das mulheres no âmbito interno é de

¹ Políticas domésticas se referem, nas relações internacionais, às políticas aplicadas internamente nos países, em contraposição com as políticas externas.

extrema importância para compreender como o contexto histórico e os interesses do governo em âmbito nacional e internacional influenciam na vida cotidiana dos cidadãos.

Este trabalho foi realizado com base em um levantamento bibliográfico em que foram estudados artigos científicos, livros, monografias e teses, bem como documentos oficiais da ONU e relatórios organizados pelo governo brasileiro sobre o tema. A pesquisa foi feita de modo exploratório, em que se busca trazer uma maior familiaridade com o tema e criar hipóteses do porquê certas situações descritas ao longo do trabalho vieram a acontecer (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro deles, “Teorias Clássicas e Novas Abordagens: do Realismo à Análise de Política Externa”, serão apresentadas as teorias em que o trabalho é baseado. Passando inicialmente pela teoria realista, a teoria tradicional das Relações Internacionais, a primeira seção discutirá seus conceitos básicos e a contribuição de novos argumentos para a teoria ao longo dos anos. A seção seguinte tratará da interdependência, da cooperação internacional e dos regimes internacionais. Este foco é necessário para evidenciar as mudanças que vinham ocorrendo no sistema internacional, com a emergência de novos atores e novas formas de relações de poder. Em seguida o capítulo apresentará os novos temas da agenda internacional e a influência da globalização nos temas sociais e culturais. Por fim, o capítulo apresentará a Análise Política Externa, que é imprescindível para a compreensão da atuação internacional de um país, bem como para a compreensão de eventuais alterações na política externa, provenientes de mudanças políticas no âmbito interno e externo.

O segundo capítulo, intitulado “Consolidação e expansão do movimento feminista”, buscará compreender as pautas do movimento feminista e suas conquistas, assim como a influência de organizações internacionais, principalmente da ONU, na expansão dos direitos das mulheres. Para tanto, em primeiro lugar, será discutido de forma sucinta a emergência do movimento feminista ocidental no mundo, seu contexto histórico e suas pautas. Em seguida será apresentado o movimento feminista brasileiro, seus limites e conquistas, bem como suas modificações ao longo dos anos. Por fim, o capítulo discutirá a relevância dos direitos das mulheres no âmbito da ONU, os esforços da organização para que seja atingida a igualdade entre homens e mulheres ao redor do mundo, bem como a realização das quatro Conferências da ONU Sobre a Mulher, seus objetivos e seus resultados.

O terceiro e último capítulo, “A política externa brasileira e a atuação do Brasil nas

Conferências da ONU Sobre a Mulher”, buscará compreender a atuação do Brasil nas Conferências da ONU Sobre a Mulher, baseando-se nas alterações da política externa do país ao longo dos anos, e que fatores influenciaram nas alterações na atuação brasileira na última conferência, em 1995. Assim, a primeira seção trará uma revisão histórica das diretrizes da política externa brasileira durante o século XX. A seção seguinte apresentará a atuação da delegação brasileira nas três primeiras conferências.. Em seguida um maior foco será dado para a atuação brasileira durante a quarta e última Conferência da ONU Sobre a Mulher, em Pequim, a fim de demonstrar como as modificações no sistema internacional e no regime interno brasileiro afetaram a atuação da delegação brasileira e modificaram suas pautas de interesse. A última seção discutirá os impactos nas políticas públicas domésticas decorrentes dos compromissos assumidos pelo Brasil na última conferência. Por fim, o trabalho apresentará uma conclusão, sintetizando e relacionando os temas discutidos nos capítulos e apontando agendas para pesquisas futuras.

2 TEORIAS CLÁSSICAS E NOVAS ABORDAGENS: DO REALISMO À ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

Apesar das origens históricas dos estudos das relações internacionais e da guerra poderem ser encontradas em autores publicados há centenas de anos, a consolidação das Relações Internacionais como ciência social aconteceu apenas no século XX. Tal ciência abrange diversos cenários e atores e estabelece uma pluralidade de conceitos que estão em constante adaptação aos múltiplos fenômenos sociais, políticos e econômicos que modificam o mundo dia após dia (CASTRO, 2012).

As Conferências da ONU sobre a Mulher ocorreram em um momento da história em que novas mudanças no sistema internacional estavam se iniciando e ganhando mais força. A importância destas conferências e a atuação do Brasil em cada uma delas não estão deslocadas do cenário internacional em que se encontram, portanto, este cenário precisará ser compreendido, assim como as respostas dadas pelas teorias das Relações Internacionais a ele.

Este primeiro capítulo pretende apresentar diversos fatores que trouxeram à tona a relevância da Análise de Política Externa (APE) para melhor compreensão das relações internacionais, assim como destacar a emergência de novos temas e teorias que serão imprescindíveis para o entendimento do trabalho como um todo. Com este objetivo, primeiramente será feita uma revisão breve da teoria realista das Relações Internacionais. Em seguida, superando os limites impostos pela visão realista, serão apresentadas novas abordagens. Dentre estas abordagens, serão apresentadas de forma sucinta as teorias de interdependência e cooperação, assim como uma breve visão sobre a globalização e regimes internacionais.

Em meio a estes novos temas, surge um cenário em que a política externa dos Estados, assim como sua análise mais detalhada, são necessárias para a compreensão da agenda do sistema internacional e dos interesses das nações individualmente. Portanto, a última seção deste capítulo tratará da teoria de Análise de Política Externa.

2.1 O REALISMO E A CAIXA-PRETA DO ESTADO

A mais conhecida teoria das Relações Internacionais é o realismo. Passando por suas diversas fases, como o realismo clássico, o neoclássico e o neorealismo, a visão realista do estudo da política internacional pode ser aplicada e evidenciada em casos ao longo da história, muito antes da sua consolidação como escola de pensamento das Relações Internacionais.

O realismo procura explicar as relações de poder no âmbito internacional. De modo geral, a teoria realista tem como base a existência de um sistema anárquico, ou seja, não há um poder acima dos Estados capaz de controlá-los, regê-los e ditar suas interações. Ainda, os Estados são tratados como atores unitários e homogêneos. Assim, sua atuação externa não é afetada pelos poderes internos e seus interesses internos são consolidados e não divergentes, refletindo os interesses do Estado que, por ter um caráter racional, visará sempre a sua sobrevivência, por meio da busca pelo poder (FIGUEIRA, 2009).

Este entendimento do Estado como principal ator do cenário internacional constrói uma ideia de caixa-preta ou de bola de bilhar, em que o interior não é possível de ser visto e não é relevante. Assim, o sistema internacional configura-se como uma mesa de bilhar, na qual as interações predominantes e que devem ser destacadas são as feitas entre os atores. Desta forma, o que se pode concluir é que a política doméstica não influencia significativamente nas decisões dos Estados (FIGUEIRA, 2009).

A publicação em 1979 de *Theory of International Politics*, escrito por Kenneth Waltz, marca o início do neorealismo, ou realismo estrutural. Em plena quarta década de Guerra Fria (iniciada em 1945), em que conflitos periféricos não cessavam de acontecer, Waltz sugere uma teoria que explique o comportamento dos Estados para além da sua natureza egoísta, como propõe o realismo clássico, com enfoque na estrutura do sistema internacional que os pressiona e na competição internacional (BARACUHY, 2006).

De acordo com Waltz (1979), o sistema internacional é composto por sua estrutura, anárquica, e por unidades de interação, ou seja, os Estados. O autor admite que os Estados não são os únicos atores do cenário internacional, porém, para ele, a estrutura não é formada por todos os atores e sim pelos principais. Esta estrutura é definida com base nos seguintes aspectos: o seu princípio ordenador, nesse caso, a anarquia, e pelo seu princípio da autoajuda, buscando a sobrevivência. Diferentemente do realismo clássico, a sobrevivência aqui citada por Waltz não é um impulso por trás de cada ação do Estado, mas sim a base de ação em um mundo onde a segurança não é garantida; um segundo aspecto diz respeito ao caráter das unidades, que em nível internacional são altamente semelhantes e, por fim; um último aspecto diz respeito a distribuição das capacidades, ou seja, a possibilidade que as unidades possuem em desempenhar tarefas similares com maior ou menor eficácia, enquanto que o que afeta a estrutura não são as capacidades específicas de cada unidade e sim a forma que estas capacidades são distribuídas entre os Estados (WALTZ, 1979).

A teoria sistêmica proposta pelo autor considera o âmbito interno dos Estados praticamente irrelevante, pois ele pouco interfere na tomada de decisão. Ainda, esta teoria não tem o objetivo de analisar as características específicas de cada unidade, mas sim os efeitos estruturais resultantes das interações entre elas. Desta forma, alterações nas características dos Estados (formas de governo, ideologia, grupos de interesse etc.) não produzem uma mudança significativa no sistema internacional. O que altera a estrutura é uma redistribuição das capacidades das unidades.

No que diz respeito à política externa dos Estados, a teoria realista reafirma seus conceitos básicos. Sempre priorizando a manutenção e o aumento do seu poder em relação aos demais Estados, a política externa definida por um país é pensada de modo que a inserção internacional lhe beneficie progressivamente, com os menores custos possíveis (CORTINHAS, 2006). Ainda, por desconsiderar a relevância do âmbito interno nas tomadas de decisão, a teoria realista centraliza as decisões de política externa no Poder Executivo, não admitindo uma ponte de discussão com atores internos e a distanciando de políticas públicas (LIMA, 2000). Junto a isso, a teoria realista chega até mesmo a considerar que a opinião pública em relação a assuntos de política externa é altamente negativa, pois considera que os atores não-estatais são desprovidos de racionalidade e incapazes de tomarem decisões sem serem afetados por emoções momentâneas (FIGUEIRA, 2009).

A explicação do sistema internacional pela teoria realista se manteve predominante por diversos anos. Porém, as relações entre os Estados estavam se tornando mais complexas, passando a ser necessária a análise de um sistema internacional com novas abordagens que estava surgindo decorrente de mudanças neste sistema.

Desde meados dos anos 40, o mundo vivenciava a Guerra Fria. Porém, a partir dos anos 70, a disputa entre os dois polos da Guerra Fria por novos âmbitos de influência havia diminuído, enquanto as relações internacionais entre as grandes potências estavam se tornando menos tensas e os eventos de destaque no sistema internacional, como programas internacionais de cooperação econômica e técnica, estratégias de segurança e, por vezes, disputa políticas dentro dos países, não eram mais altamente regidos pela disputa polarizada (SATO, 2000).

A Guerra Fria, enquanto durou, foi a maior justificativa e o maior referencial para as ações políticas das nações, seja em questões de segurança ou de cooperação internacional. Os acontecimentos ligados à guerra foram o principal assunto ao redor do mundo, estes

acontecimentos que costumavam ser considerados questões de *high politics*, ou seja, ocupavam o topo da agenda internacional, definiam as estratégias de segurança internacional e se encaixavam facilmente na teoria realista (SATO, 2000). Porém, os acontecimentos que levaram ao seu fim, junto com uma intensificação da globalização e a alteração de temas relevantes para a agenda internacional, não puderam ser explicados por tal teoria e abriram as portas para o surgimento de novas correntes teóricas, que destacavam a interdependência, a cooperação internacional e os regimes, como visto a seguir.

2.2 INTERDEPENDÊNCIA, COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E REGIMES INTERNACIONAIS

O surgimento de novos temas e as alterações no âmbito internacional falharam em serem explicados pela teoria realista. Os novos teóricos deixaram de admitir o Estado como uma caixa-preta e abriu-se espaço para análise das interações entre Estados e de atores que a teoria realista desconsiderava.

Considerando o conceito de que a estrutura do sistema depende da distribuição de recursos entre os Estados, os autores Keohane e Nye (1977), em sua obra *Power and Interdependence*, defendem que a interação entre estes Estados também é de extrema importância para definir esta estrutura.

Em um contexto no qual o poder militar e a segurança nacional não são mais vistos como os principais temas da agenda internacional, as ações estatais cada vez mais passaram a serem justificadas, tanto pela imprensa quanto pelos próprios Estados, pela “interdependência”. Porém, Keohane e Nye defendem que o termo estava sendo utilizado de forma incoerente, principalmente porque os Estados justificavam suas ações como se a interdependência surgisse naturalmente e não fosse criada por eles, e propõem um conceito para o termo: dependência significa ser influenciado ou afetado de forma significativa por forças externas. Assim, interdependência é um estado de dependência mútua e, no mundo político, refere-se a interações entre Estados ou entre atores de diferentes Estados, caracterizadas por efeitos recíprocos (ESTRE, 2011).

Porém, mesmo que tais situações sejam de dependência mútua, isto não significa que exista um equilíbrio entre as partes; pelo contrário, estas situações têm a tendência de não serem balanceadas, gerando uma interdependência assimétrica que aumenta o poder de influência de uma parte sobre a outra (ESTRE, 2011).

Para se opor aos conceitos defendidos pelo realismo em meio a uma era de mudanças, Keohane e Nye (1977) elaboram o conceito de interdependência complexa. Em um primeiro momento é questionada a ideia realista de que o Estado é o único ator no cenário internacional. A interdependência complexa sugere que, além das relações políticas entre Estados, existem diversas outras formas de conexão entre as sociedades, admitindo a importância da opinião pública e a existência de outros atores além de Estados, como, por exemplo, as organizações internacionais, empresas multinacionais e, até mesmo, movimentos sociais transnacionais (JACKSON; SØRENSEN, 2013).

Em segundo lugar, a interdependência complexa é caracterizada por uma agenda internacional sem hierarquia temática fixa, dominada necessariamente por questões relativas à segurança nacional. A relevância de temas varia ao longo do tempo. Ainda, os autores consideram que na interdependência complexa a força militar não é um instrumento político efetivo, podendo, até mesmo, prejudicar os interesses do Estado. Isto ocorreria porque os efeitos da ação militar são geralmente incertos e muito custosos e, ainda, porque o bem-estar econômico e, até mesmo ambiental, estavam se tornando interesses importantes para os Estados (KEOHANE; NYE, 1977).

Por fim, a interdependência abre espaço para a cooperação entre os Estados e explora abordagem inspirada no dilema do prisioneiro. De forma simplificada, este dilema é baseado na ideia de uma situação com dois prisioneiros em que eles podem escolher cooperar um com o outro ou não cooperar e precisam fazer essa decisão sem saber o que o outro escolherá. Nesta situação, a falta de cooperação de ambos levará a uma punição para os dois, enquanto que a cooperação mútua será benéfica para os prisioneiros. Ainda, a falta de cooperação em um dos lados pode não gerar o resultado desejado, já que a parte prejudicada tem a possibilidade de voltar atrás com a sua decisão, assim, prejudicando ambos (AXELROD, 2006). Desta forma, a interdependência pode levar à cooperação entre os Estados, mesmo que atuem em um ambiente marcado pela ausência de um governo central.

Segundo Keohane (1984), a cooperação acontece quando os atores ajustam o seu comportamento em relação aos interesses de outros atores. A cooperação ocorre por meio de um processo de coordenação de políticas, de forma que a política adotada pelos atores não implique em consequências negativas para os demais. Ainda, é preciso compreender que o comportamento dos atores é direcionado a um ou mais objetivos, que não necessariamente precisam ser o mesmo dentro de uma cooperação e que a cooperação estabelecida fornecerá

recompensas aos atores envolvidos que, da mesma forma que os objetivos, não precisam ser as mesmas, porém necessitam ser mútuas. Com isso, compreendemos que o objetivo principal dos atores quando cooperam é buscar o benefício próprio (MILNER, 1992).

A cooperação pode se dar de várias formas. Ela pode ser implícita, sem a necessidade de comunicação e de acordos, ou seja, a cooperação acontece quando certa ação de um ator resulta numa convergência de interesses com outro ator ou atores; negociada, que implica na forma mais comum de cooperação; e, por fim, pode ser imposta, em uma situação que o ator mais forte força o outro a alterar suas políticas. Neste caso, a cooperação só ocorre se o ator que a impôs também ajusta suas políticas e tem o objetivo de obter ganhos mútuos (MILNER, 1992).

Para controlar e regular estas relações transnacionais e interestatais dentro do contexto da interdependência, os governos utilizam de instrumentos chamados de regimes internacionais, entendidos como “princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores” (KRASNER, 2010, p. 93). Desta forma, os regimes são feitos para regular cooperações entre os Estados, como o comércio, por exemplo, e pretendem criar mecanismos para que a interação entre os Estados sobre esta cooperação seja igual de todos os lados da interação, pretendendo gerar resultados equilibrados (KRASNER, 2010).

Estes regimes internacionais costumam ser estabelecidos em forma de acordos, por exemplo, nas áreas de aviação, comunicação, meio ambiente e direitos humanos. Ainda, regimes podem ser acompanhados de organizações internacionais que auxiliam na promoção de cooperação entre as nações, bem como buscam garantir o cumprimento de acordos internacionais e, também, servem como instância de negociação (JACKSON; SØRENSEN, 2013).

A existência de regimes internacionais que regulam a cooperação e a interdependência entre Estados admitem a presença de outros atores no sistema internacional além dos Estados, como organizações internacionais, corporações e, até mesmo, movimentos sociais transnacionais. Junto a este fator, a emergência de novos temas que passam a compor a agenda internacional contribuiu para a consolidação de um novo paradigma. Estes temas serão discutidos na seção a seguir.

2.3 GLOBALIZAÇÃO E NOVOS TEMAS NA AGENDA INTERNACIONAL

O mundo, os Estados e indivíduos estão em constante mudança de percepções e prioridades que influenciam na agenda internacional. Essas mudanças estão relacionadas a inúmeros fatores, sendo que qualquer mudança, por exemplo, tecnológica ou comercial, pode influenciar diretamente a agenda internacional. Ainda, tendo como base fatores culturais e sociais, a forma que cada Estado reage a estas mudanças pode, também, impactar nesta agenda de maneira imprevisível.

Como visto anteriormente, o assunto prioritário da agenda internacional costumava ser a segurança nacional e o poder militar. Neste contexto, questões sociais e, até mesmo, financeiras eram consideradas *low politics*, portanto, eram assuntos secundários na agenda (SATO, 2000).

No entanto, com o fim da Guerra Fria, questões como os direitos humanos, o meio ambiente, conflitos étnico-religiosos, o narcotráfico, entre outros, começaram a ter maior destaque (SATO, 2000). Ainda, a partir da década de 90, estes “novos temas”, como eram chamados, passaram a ser abordados de maneira interconexa entre eles e, também, entre os temas já recorrentes, como a segurança e a economia (ALVES, 2001). Assim, a principal mudança foi na forma que estas “novas” questões passaram a ser vistas.

De fato, a promoção dos direitos humanos já era assunto tradicional da ONU, a questão do meio ambiente já tinha sido tema de uma conferência mundial em 1972, e a “desregulação” dos mercados financeiros ganhou impulso nos anos 60 e 70. Porém, o que ocorria é que durante a Guerra Fria estas questões eram distorcidas pela disputa entre EUA e URSS. Segundo Sato (2000, p. 142-143), a partir do fim da Guerra Fria,

uma organização de defesa dos direitos humanos não deveria mais ser encarada como parte de uma ação concertada para desestabilizar governos simpatizantes de um dos lados e a promoção das questões ambientais, comerciais e financeiras passavam a ser, nas mesas de negociação, objeto de novas alianças, deixando de lado considerações de segurança estratégica internacional típicas do jogo de poder da Guerra Fria.

A emergência destes “novos temas” como temas de interesse internacional foi influenciada de modo geral, pelo avanço da globalização. Mesmo que o fenômeno da globalização não seja novo, ele foi acentuado nas últimas décadas pela emergência de novas redes de comunicação e pelo aumento na velocidade das relações institucionais e na participação transnacional. Esta nova globalização acontece de maneira contínua, entre

sociedades com grandes distâncias entre si e de modo que a vida de milhares de pessoas são afetadas por ela (KEOHANE; NYE, 2000).

No que diz respeito aos temas sociais e culturais, a globalização permitiu que a difusão de ideias que englobavam tais temas ocorresse mais livremente de uma sociedade a outra, podendo até mesmo chegar a afetar o comportamento de certas sociedades ou grupos desta sociedade em relação a algum tema, como o feminismo e os direitos das mulheres, por exemplo. Este processo de globalização abre espaço para uma maior troca de informações que ultrapassam as barreiras políticas e estatais, podendo gerar ideias globais sobre temas sociais (KEOHANE; NYE, 2000).

Desta forma, temas locais passaram a serem inseridos em âmbito nacional e, por sua vez, no internacional e, cada vez mais, a percepção destes “novos temas” passou a ser global, exigindo uma colaboração universal para abordá-los. Assim, a formulação de propostas para estes temas em âmbito mundial passou a ser feita não só pelos Estados, como também por ONGs e os atores sociais (ALVES, 2001).

Esta nova forma de percepção de temas, os considerando globais, assim como a nova relevância de outros atores na formulação de propostas, promoveram questionamentos da visão realista de que o conflito é o estado natural do sistema internacional, abriu espaço para que o comportamento dos Estados e de uma nova gama de atores, antes considerados não importantes para as relações internacionais, fossem analisados (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013). O comportamento de um Estado no âmbito internacional está relacionado à sua política externa, que incorpora uma série de objetivos, interesses e intenções que vão além de garantir sua própria segurança no sistema anárquico. Como meio de compreender melhor as políticas externas dos países, surge a necessidade de um campo de estudo específico para tal, a Análise de Política Externa.

2.4 ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA

O processo de globalização, intensificado na segunda metade do século XX, gerou uma maior abertura de mercado, maior intercâmbio de informações, influenciou na formação de blocos econômicos e contribuiu para a diminuição da distância entre a política externa dos países e a política doméstica, fazendo com que, de maneira sem precedentes, ambas passassem a interferir uma na outra e que a sociedade passasse a dar mais atenção para as decisões de política externa (MIYAMOTO, 2009).

A política externa é definida como “o somatório das relações exteriores oficiais conduzidas por um ator independente (mais frequentemente o Estado) nas relações internacionais” (HILL, 2003, p. 13, tradução de MILANI, 2011). Com a abertura da caixa-preta, o campo das relações internacionais, que antes era baseado no estudo das ações de um ator unitário racional que compunha o Estado, percebe a relevância do estudo de novos atores específicos nas decisões de política externa, além do Estado, dando origem ao campo de Análise de Política Externa (APE) (HUDSON, 2005).

Na sua essência, a APE não é tão distinta da disciplina de Relações Internacionais/Política Internacional na qual está inserida. Ambas englobam fenômenos geradores de conflito/cooperação que vão além das fronteiras nacionais (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013). O que transforma a APE em um campo de estudo específico é o fato de seu campo de análise ser baseado no argumento de que as decisões de política externa são fundamentados na ação de tomadores de decisão, agindo sozinhos ou em grupos, fazendo assim, com que seus objetos de estudo sejam os fatores que influenciam no processo decisório da política externa e os próprios tomadores de decisão (HUDSON, 2005).

É necessário analisar a política externa partindo do princípio que esta não está deslocada das demais políticas públicas de um país e que está sob a influência de não somente determinantes externos, como também domésticos. Atores tradicionais da política externa procuram considerar visões e demandas de atores não centrais e não estatais nos processos decisórios, como burocratas de setores específicos da sociedade, deputados, senadores, líderes de ONGs, movimentos sociais e a opinião pública (MILANI, 2011). Ainda, é preciso levar em consideração que diversos fatores políticos, econômicos e, por vezes, até pessoais, podem influenciar na tomada de decisão de um governo (HUDSON, 2005).

Para Putnam (1988) a política doméstica e a política externa se influenciam mutuamente. O autor argumenta que os fatores que compõe os determinantes domésticos que afetam a política externa são os que colocam a luta política em evidência, dando destaque para partidos, classes sociais, grupos de interesse, as eleições, legisladores e a opinião pública. Desta forma, Putnam reconhece a complexidade e variedade de determinantes domésticos que devem ser considerados durante a tomada de decisão.

Para evidenciar seu argumento, Putnam (1988) elabora sua ideia de jogos de dois níveis. Segundo o autor, o processo decisório de política externa pode ser decomposto em dois estágios. O primeiro deles, o nível internacional, compreende o esforço do governo

nacional em aumentar sua habilidade em satisfazer pressões internas enquanto reduz consequências provenientes de desenvolvimentos externos. Já no nível nacional, grupos domésticos pressionam o governo a fim de adotar políticas favoráveis, enquanto políticos buscam o poder por meio da construção de coalizões junto a estes grupos.

Segundo Hermann (1990, apud VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), alterações na política externa podem ser provocadas por diferentes atores e eventos: pela liderança política, por burocratas, pela reestruturação doméstica e/ou por choques externos.

A alteração de liderança política compreende a mudança de presidente do país ou de um ministro, que pode alterar ou redirecionar suas ações de política externa com base em diferentes convicções do líder anterior. A mudança por meio de burocratas ocorre quando um grupo ou uma organização burocrática defende a alteração de ações da política externa em algum nível. Porém, para a mudança ser definitivamente efetuada, é necessário que líderes estatais apoiem ou concordem tacitamente com o grupo (HERMANN, 1990, apud VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Os choques externos podem alterar a política externa a partir de eventos internacionais que alterem a percepção dos líderes a respeito do cenário internacional, tais como mudanças econômicas, mudanças nas relações de poder entre Estados e términos de guerras. Estes choques externos podem ser capazes de causarem mudanças extremas na política externa de um país. Por fim, as mudanças que originam de reestruturações domésticas acontecem por meio das demandas de uma parcela da sociedade capaz de desencadear mudanças a partir da sua crença na necessidade de uma maior capacidade do Estado em implementar políticas públicas (HERMANN, 1990, apud VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Outro fator que pode ser de extrema importância na alteração da política externa de um país é a mudança do regime político em que ele se encontra. As características do regime político de um Estado podem influenciar na política externa, pois, da mesma forma que outras políticas públicas, a política externa não opera em um contexto doméstico vazio que não sofre influências políticas diretas ou indiretas (LASAGNA, 1996)

Lasagna (1996) se propõe a explicar de qual forma a alteração de regime pode influenciar nas decisões de política externa. O autor define que as características de um regime vigente são baseadas em três aspectos: na natureza das relações entre o Estado e a sociedade; nos princípios e valores nos quais o regime se sustenta e; nos fatores estruturais do próprio regime. Desta forma, quando alguma destas características é modificada, algumas

dimensões da política externa podem ser alteradas, por exemplo, os objetivos, estratégias e interesses; o processo de elaboração da política externa; e o estilo diplomático utilizado pelo país.

Portanto, a política externa é composta com base em um regime político que possui elementos como estruturas, regras e valores e tais elementos podem se alterar com a alternância de regime. Um regime autoritário, por exemplo, por ser um regime mais excludente, pode possuir menos atores que influenciam na política externa. Ainda, em um regime autoritário as estruturas de poder são mais centralizadas e os processos de decisão mais restritos, em contraponto a um regime democrático, com estruturas que permitem a participação de outras esferas da sociedade e com a distribuição da capacidade de decisão para outros níveis do governo. Diferentemente de um regime democrático, o regime autoritário não precisa prestar contas à sociedade e as chances da realização de consultas públicas são menores. Deste modo, esta forma de regime tem maior liberdade na formulação de política externa (LASAGNA, 1996).

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o século XX, mudanças no sistema internacional foram constantes. Este capítulo procurou discutir de que forma as relações entre Estados eram prioritariamente vistas durante a maior parte do século e, após isso, apresentar uma nova abordagem destas relações, focando na emergência de novos atores, temas e formas de interação e na relevância da Análise de Política Externa.

A APE será necessária para compreender a política externa brasileira através dos anos, a atuação e o posicionamento do país no âmbito das Conferências da ONU Sobre a Mulher, bem como a alteração significativa destas posições após o fortalecimento da globalização da agenda internacional e do processo da redemocratização brasileira.

Portanto, o próximo capítulo tratará do surgimento e das reivindicações do movimento feminista no mundo, assim como da sua evolução no Brasil, passando pela sua importância durante o processo de redemocratização. Ainda, admitindo a importância da absorção pela ONU das demandas do movimento feminista, serão apresentados os esforços da organização na promoção dos direitos das mulheres, sendo estes imprescindíveis para a compreensão da esfera das conferências, dos seus alcances e seus objetivos.

3 CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA

Os movimentos feministas surgiram como movimento político no século XX. Seguindo trajetórias semelhantes no mundo ocidental, eles foram essenciais na luta da garantia dos direitos das mulheres ao longo dos anos e deram visibilidade para a discriminação contra às mulheres, evidente em praticamente todas as partes do mundo, o que contribuiu para uma consciência internacional sobre o assunto. A crescente contribuição de organizações internacionais para a promoção dos direitos das mulheres tem como um dos seus pilares as demandas e reivindicações dos movimentos feministas presentes nos Estados.

O objetivo deste capítulo é demonstrar a expansão do movimento feminista ocidental para o âmbito global, assim como o crescimento do movimento feminista no Brasil e como o fortalecimento do movimento feminista organizado pelo mundo contribuiu para a existência das Conferências da ONU Sobre a Mulher. Para tanto, este capítulo será dividido em três seções: a primeira trará uma breve trajetória do movimento feminista Ocidental; a segunda trará uma breve trajetória do movimento feminista brasileiro; e a terceira seção tratará da importância das organizações internacionais na promoção dos direitos das mulheres, com foco nos trabalhos da ONU e trazendo um breve resumo de cada Conferência da ONU Sobre a Mulher, ocorridas entre 1975 e 1995.

3.1 BREVE TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA OCIDENTAL

É possível encontrar relatos da luta das mulheres contra suas condições de vida ao longo da história ocidental, questionando valores e regras que as diminuam, as aprisionavam em certas esferas e as privavam de uma vida plena, tal qual a vivida pelo homem. Em muitos desses casos, os atos de rebeldia protagonizados por estas mulheres eram pagos com suas próprias vidas (PINTO, 2010).

A luta pelo reconhecimento das mulheres como indivíduos de direito dentro da sociedade onde habitam remonta à Revolução Francesa, no século XVIII. Neste mesmo século, ocorria na Inglaterra um grande questionamento sobre o acesso igualitário de mulheres e homens à educação. Porém, foi apenas ao decorrer do século XIX, no âmbito dos movimentos que defendiam o sufrágio universal e na luta pela cidadania na Inglaterra e na França, que as mulheres ganharam mais força entre elas, como uma unidade, para lutarem por seus direitos. A mobilização alcançou outros pontos da Europa e os Estados Unidos, dando origem à primeira onda do feminismo organizado, que logo se espalhou para outras partes do

mundo (BANDEIRA; MELO, 2010).

A mobilização pelo voto, tanto na Inglaterra quanto nos EUA, durou décadas. Na Inglaterra, a mobilização iniciada em 1865 só obteve êxito em 1928 (ALVES; PITANGUY, 1985). Parte deste êxito foi alcançado pela mobilização de um grupo de mulheres conhecidas como *As Sufragetes*, que teve grande parte das mulheres que o compunham presas, antes que o direito do voto lhes fosse concedido. Após suas conquistas na Europa, Estados Unidos e até mesmo no Brasil, o movimento perdeu força nos anos de 1930 (PINTO, 2010).

Em 1949 foi publicado o livro “O Segundo Sexo”, da autora Simone de Beauvoir, que foi marcante para o surgimento da segunda onda do feminismo. Nele, a autora discute a ideia de que a concepção de “ser mulher” foi construída socialmente e apresenta uma das máximas do feminismo, a frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”² (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

O lançamento, em 1963, do livro “A Mística Feminina”, pela autora americana Betty Friedan influenciou e impulsionou ainda mais o movimento. O livro baseia-se na vivência de mulheres estadunidenses de classe média que, mesmo com uma vida confortável, tornavam-se frustradas (ALVES; PITANGUY, 1985). Segundo a autora, a “mística feminina” é o estilo de vida esperado da mulher norte-americana, ou seja, de ser dona de casa, esposa e mãe. Estas mulheres foram socializadas desde crianças a fim de cumprir o papel de submissas ao marido e, ao longo dos anos, foi reforçada a ideia de que deveriam ser “heroínas do lar”. Assim, as mulheres não se realizavam em outras esferas, como a acadêmica e a profissional, pois sofriam uma grande influência do discurso de que a dedicação a outras atividades faria com que seu papel como mãe e mulher fosse negligenciado. Desta forma, com o passar do tempo, as mulheres se viam frustradas em relação a sua vida, pois quando os filhos cresciam e se mudavam, elas passavam a se enxergar apenas como cuidadoras da casa (FRIEDAN, 1971).

A publicação do livro de Betty Friedan influenciou, a partir dos anos 60, a transformação do feminismo em um movimento libertário, demandando não somente o espaço da mulher na sociedade. Falou-se abertamente, pela primeira vez, sobre as relações de poder entre homens e mulheres, e lutou-se por uma sociedade em que a mulher tivesse liberdade para decidir sobre sua vida e seu corpo. O movimento apontou com precisão nesta

² O que a autora pretende explicitar com esta frase é o fato de que ocorre uma socialização cultural diferenciada entre os sexos, em que é definido o papel de homens e mulheres na sociedade. O sexo feminino é socializado de maneira sexualizada, desde a sua puberdade, e inferior ao homem, em que se espera que as mulheres cumpram um papel específico de submissão e obediência. Portanto, “ser mulher”, tanto quanto o “ser homem” é definido de forma social e cultural, ignorando que, à parte das diferenças biológicas entre o sexo feminino e o masculino, as crianças nascem com atitudes semelhantes e não há nada nestas atitudes que possam diferenciar “homem” ou “mulher” antes da socialização (BEAUVOIR, 1967).

onda que existia uma dominação de homens sobre mulheres que precisava ser quebrada e que era necessária uma igualdade entre os sexos (PINTO, 2010).

Betty Friedan foi uma das criadoras da Organização Nacional da Mulher (NOW), em 1966, a mais abrangente organização de direitos das mulheres nos Estados Unidos durante três décadas. Muitas outras organizações de mulheres tomaram forma durante os anos 60 e 70, tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa (CASTELLS, 1999). Estas organizações promoveram discussões e manifestações sobre os direitos das mulheres, sobre as discriminações recorrentes contra as mulheres e sobre a posição e o papel esperado da mulher na sociedade. As organizações contribuíram para uma expansão do movimento para o âmbito global, sendo que suas manifestações evidenciavam a necessidade de um maior número de políticas públicas para as mulheres e suas intervenções por vezes tiveram repercussão mundial, gerando discussões e reflexões sobre as mulheres ao redor do mundo e garantindo grande visibilidade para o tema (PEDRO; GUEDES, 2010).

A terceira onda do feminismo, ou feminismo pós-moderno, começou a surgir a partir da década de 80. O marco inicial do surgimento desta nova onda foi o começo da formulação de estudos de gênero, se distanciando do sentido de "mulher" como uma unidade e admitindo as diferenças entre elas, na etnia, sexualidade e lugar onde habitam (GONÇALVES; PINTO, 2001). Ainda, algumas esferas do movimento feminista passaram a focar na construção de um feminismo que contemplasse diversas etnias e classes sociais e que condenasse práticas discriminatórias, tais como o racismo, classicismo, exclusão de grupos de homossexuais e de outras minorias, reconhecendo que a opressão às mulheres vai além do fato de todas serem mulheres e engloba, em maior ou menor grau, outras formas de opressão (NARVAZ; KOLLER, 2006).

É importante destacar que, apesar de cada onda do feminismo possuir suas características, isso não impede que elas coexistam e se sobreponham ao longo dos anos, mesmo que em menor intensidade. O início de uma nova onda não representa, de forma alguma, o fim da outra. Ainda, o feminismo possui diversas vertentes que se desenvolveram ao decorrer da sua história e enxergam as mais variadas pautas de formas distintas, podendo dar maior ou menor importância para uma pauta específica e abordar de forma diferenciada como combater a opressão contra às mulheres e como promover os direitos destas.

Esta seção se debruçou sobre a trajetória do feminismo ocidental, mas não podemos esquecer que este é um movimento que ocorre em diversos países, se adaptando a cada

sociedade e a cada contexto vivenciado pelas mulheres que delas fazem parte. Desta forma, a próxima seção tratará do movimento feminista especificamente brasileiro.

3.2 BREVE TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA BRASILEIRO

No Brasil, as primeiras faíscas da luta pelos direitos das mulheres tiveram origem com a publicação do livro “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”, escrito pela educadora Nísia Floresta (1810-85), e baseado na obra *A vindication of the rights of women* (A reivindicação dos direitos das mulheres), da autora inglesa Mary Wolstonecraft (1757-1797), publicado em 1790. Os livros defendiam a igualdade na educação entre homens e mulheres, para que as mulheres pudessem ser autônomas tanto econômica quanto politicamente, e que esta mudança histórica acarretaria em um maior progresso da sociedade (ALVES, 1980).

Já no final do século XIX, com uma parcela dos seus direitos à educação já apreciados, o maior foco da luta das mulheres brasileiras passou a ser pelo direito ao voto. A questão chegou a ser discutida na Constituinte republicana de 1891, e várias emendas foram propostas a fim de conceder o direito ao voto a um grupo limitado de mulheres, como as que fossem formadas em áreas científicas. Porém, sob o argumento de que o direito ao voto feminino geraria uma dissolução da família brasileira e de que a mulher não possuía o mesmo valor que o homem, a Constituição não incluiu o voto feminino (ROURE, 1979).

Em 1910, um grupo de mulheres fundou o Partido Republicano Feminino, um acontecimento bastante significativo se levarmos em consideração o fato de que as mulheres não podiam ser votadas para cargos políticos. O estatuto do partido falava sobre desde o direito ao voto até o fim da exploração sexual. O Partido promoveu, em novembro de 1917, uma marcha pelas ruas do centro do Rio de Janeiro que contou com a participação de 90 mulheres, em época onde as mulheres não podiam sair às ruas sem que fosse estritamente necessário e apenas se acompanhadas (PINTO, 2003).

O Partido Republicano Feminino desapareceu com o nascimento da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), em 1922. A federação surgiu das ideias de Bertha Lutz, formada em Biologia na Sorbonne, que havia tido contato com movimentos sufragistas durante sua estada em Paris (PINTO, 2003).

Em 1922, Bertha Lutz organizou o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, ocasião onde surgiu a FBPF. Este congresso contou com a participação de deputados e alcançou outros estados brasileiros, mesmo com a dificuldade de comunicação da época. É

importante notar que a federação era composta por mulheres vindas de famílias de intelectuais, militares, políticos ou que exerciam profissões de destaque e se destacavam profissionalmente, o que facilitava uma luta por direitos que alcançasse uma comunicação com deputados e senadores (PINTO, 2003).

Juvenal Lamartine, eleito governador do estado do Rio Grande do Norte em 1927 e forte aliado de Bertha Lutz, propôs a formulação de uma lei eleitoral que permitisse o voto feminino. O parecer foi favorável pela Justiça local em 25 de novembro de 1927, mas o projeto não foi aprovado no plenário do Senado (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 219).

O código eleitoral incluiu o voto feminino em 1932, o que não desmobilizou as atividades da FBPF. A pauta do III Congresso, que ocorreu em 1936, incluía projetos para aumentar o direito das mulheres no âmbito da educação e da ocupação de poderes políticos (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000), mas o golpe de 1937 impediu que a FBPF alcançasse mais espaços e fez com que perdesse os que já tinha conquistado. A Federação não voltou a ser representativa nem mesmo após a redemocratização em 1945 (PINTO, 2003).

Mesmo a partir do estabelecimento do voto feminino, não houve mudança significativa na presença das mulheres na política. A redemocratização em 1943/1945 e a convocação de novas eleições fez com que mulheres ligadas ao movimento operário ressurgissem na vida política e que fossem criadas novas organizações de mulheres em São Paulo e no Rio de Janeiro. No entanto, até os 70, o movimento de mulheres não teve muita influência e destaque em território nacional (BANDEIRA; MELO, 2010).

Durante os anos 60, muitas mulheres se juntam à luta armada em resistência à ditadura militar, questionando o lugar esperado que mulheres ocupassem, ou seja, longe das ruas e da resistência. O processo de “distensão lenta e gradual” dos últimos governos militares em meados da década de 70, iniciado quando o Presidente Geisel assumiu a presidência em 1974, e a expansão do mercado de trabalho, do sistema educacional e da modernização do país deram mais espaço para as mulheres. Ainda, a chegada da pílula anticoncepcional no país, bem como uma expansão de movimentos culturais influenciaram na vida privada das mulheres, aumentando o questionamento de relações patriarcais e autoritárias e trazendo à tona assuntos considerados tabus, como o corpo, a sexualidade feminina, a relação de poder de homens sobre as mulheres e a violência doméstica (SARTI, 2004; PINTO, 2003).

O Presidente Geisel afrouxou as amarras da ditadura e permitiu que reuniões informais voltem a acontecer. Neste contexto, em 1975, as organizações de grupos de mulheres

juntaram-se com o objetivo de buscarem patrocínio da ONU para promover no Rio de Janeiro o evento dominado “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”. O evento aconteceu como parte da celebração do recém-criado Ano Internacional da Mulher. (OTTO, 2004). Este evento marcou a trajetória do movimento feminista no Brasil, pois ele tornou público algo que ocorria estritamente de forma privada e limitada dentro de padrões específicos.

Sob uma ditadura militar, mas com o apoio da ONU, a mulher brasileira passou, então, a ser protagonista de sua própria história, em que a luta por seus direitos específicos se fundia com as questões gerais. Respondia de maneira forte aos anseios da época: de se expressar, de falar, de enfrentar, de agir. [...] [É] em 1975 que as ideias feministas, de exigir a igualdade de direitos e questionar o papel de submissão da mulher, vão começar a ter ressonância junto à opinião pública. (TELLES, 1993, p. 85)

De fato, como afirma Telles, o reconhecimento pela ONU da importância da questão da mulher e a declaração do Ano Internacional da Mulher dá origem a um cenário de visibilidade ao movimento feminista. O movimento encontra forças para sair da clandestinidade e formar grupos políticos que passaram a atuar abertamente (SARTI, 2004).

O feminismo brasileiro, como movimento político, nasceu neste contexto. Deixando os assuntos considerados tabus para a esfera privada, o movimento feminista ganhou forma nas comunidades menos favorecidas e com o objetivo de gerar melhores condições de vida para famílias, se atrelando à questões sociais e reivindicando políticas públicas para essa esfera da sociedade, assim como melhores infraestruturas urbanas básicas, considerando que o papel esperado das mulheres na sociedade é o de cuidar da família (SARTI, 2004).

Neste contexto, começou-se a perceber que apenas uma mudança estrutural na sociedade não eliminaria os problemas enfrentados pelas mulheres e que estas questões relacionadas à mulher precisavam ser tratadas especificamente. Ainda, era necessário levar em consideração que mulheres em diferentes esferas sociais, culturais e políticas possuíam demandas distintas (PINTO, 2003).

Até então, o movimento feminista brasileiro era consolidado como apenas uma vertente, porém a partir dos anos 80, o movimento se dividiu. Uma primeira vertente focava principalmente nas questões da vida privada das mulheres e nas relações interpessoais e se limitou principalmente a grupos de estudos. Já a outra parte do movimento concentrou sua atuação na esfera pública, como movimento político, questionando o direito ao trabalho, à saúde e a educação, bem como a relação de poder entre os sexos (SARTI, 2004).

Com a lei da anistia sancionada em 1979, muitas mulheres exiladas retornaram ao país com ideais feministas baseados, principalmente, nos movimentos da Europa. A junção destes novos ideais com o das mulheres que continuaram atuando politicamente no Brasil fez com que o movimento feminista brasileiro incorporasse novos objetivos. Com uma maior abertura política, grande parte destes grupos feministas passou a discutir questões propriamente de gênero, abrindo portas para reflexões sobre o papel social da mulher na sociedade, porém, sem deixar de lado o seu caráter reivindicatório de políticas públicas (SARTI, 2004).

O movimento feminista brasileiro possuía uma característica que regia a sua atuação até o início do processo de redemocratização. As mulheres que o compunham preferiam fazer suas reivindicações ao Estado por meio de manifestações, afastadas de um relacionamento que proporcionasse diálogos diretos e receavam que uma aproximação da sua relação com o Estado geraria uma institucionalização do movimento. Isso ocorria porque, até então, os movimentos sociais eram, em sua maioria, de oposição ao Estado repressor da ditadura. Porém, as transformações no regime no começo da década de 80 ajudaram a contornar essa situação, modificando lentamente a relação entre o Estado e os setores populares (HADDAD, 2007).

Em meio à reestruturação democrática no país, o movimento feminista se consolidou como força política e social e se alastrou facilmente. A sociedade se encontrava em um período de modernização que absorvia as demandas do movimento e difundia seus ideais, e a participação de mulheres feministas em sindicatos, associações e partidos cresceu consideravelmente (SARTI, 2004).

Ainda no início dos anos 80, o movimento feminista foi às ruas para denunciar crimes cometidos contra mulheres sob a justificativa de “crimes por amor”. O movimento feminista liderou a campanha intitulada “quem ama não mata”, que foi essencial para dar visibilidade para casos de violência doméstica e contribuiu para a criação de delegacias para as mulheres, poucos anos depois (WOITOWICZ, 2007).

Nos anos 80 também foram criados núcleos feministas que buscavam demandas específicas dentro do contexto geral do feminismo, sendo que muitos destes grupos constituíram Organizações Não Governamentais (ONGs) e atuavam com o objetivo de influenciar políticas públicas dentro das suas áreas de interesse (SARTI, 2004). Estas ONGs foram de extrema importância para trazer à tona situações cotidianas relacionadas à mulher que eram tratadas com negligência. Além de ONGs voltadas para a questão da violência

doméstica, também foram criadas organizações que começaram a priorizar questões de saúde da mulher, planejamento familiar e sexualidade (PINTO, 2003).

Com uma maior abertura política, muitas mulheres se filiaram ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) ou ao Partido dos Trabalhadores (PT) e procuraram uma maior institucionalização do movimento, enquanto outras permaneceram autônomas e contrárias ao alinhamento com o governo, acreditando que a melhor forma de atuação era por pressão e que o alinhamento partidário comprometeria a autonomia do movimento (PINTO, 2003).

As eleições estaduais de 1982 permitiram que essa institucionalização ocorresse de forma mais visível, sendo que a eleição do PMDB em alguns estados auxiliou em uma maior abertura para a aproximação com o movimento feminista. No estado de São Paulo, um grupo de mulheres afiliadas ao PMDB apresentou uma proposta de criação de um conselho diretamente ao então eleito Governador Franco Motoro. A proposta foi aceita, e o Conselho Estadual da Condição Feminina foi criado e oficializado por decreto em abril de 1983 (PINTO, 2003).

O Conselho possuía apenas caráter consultivo e propositivo e, por ser composto apenas por mulheres do PMDB, sofreu grande oposição das feministas do PT e de feministas não alinhadas a nenhum partido, que atuavam diretamente em localidades mais precárias do estado. Ainda, a atuação do Conselho possuía uma característica que até hoje pode ser observada quando movimentos sociais conseguem ocupar espaços institucionais no Estado, já que estes movimentos não ocupam espaços decisórios e sua presença muitas vezes não é bem-vinda, dificultando o alcance de vitórias concretas (PINTO, 2003).

Durante a campanha das Diretas Já, iniciada em 83, as mulheres voltaram a se unir em torno de uma causa comum, formando assim o Movimento de Mulheres pelas Diretas Já. A não realização de uma eleição direta para presidente e posterior eleição de Tancredo Neves, também do PMDB, tornou a fazer com que os movimentos feministas se dividissem. José Sarney assumiu a presidência, após a morte de Tancredo, e cumpriu uma promessa feita pelo seu antecessor às mulheres do partido, criando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), ligado ao Ministério da Justiça, em 1985. O Conselho possuía orçamento próprio e sua presidente tinha status de ministro (PINTO, 2003).

Os anos finais da década de 80 foram marcados principalmente pelas preparações para a Assembleia Constituinte, que deu origem à Constituição de 1988. As eleições de 1986

elegeram os políticos que ficariam responsáveis pela elaboração da nova Constituição, e foram eleitas 26 mulheres para a Câmara dos Deputados, número que representava apenas 5,6% dos eleitos para a Casa. Com apenas uma exceção, as mulheres eleitas não faziam parte de movimentos feministas e muitas delas pertenciam a partidos que não procuravam tratar de assuntos referentes aos direitos das mulheres (PINTO, 2003).

Porém, mesmo com a distância significativa destas mulheres do movimento feminista, isto não impediu uma forte atuação em favor do movimento durante a elaboração da constituição. As mulheres deputadas se autodenominaram “bancada feminina” e, contemplando quase que em sua totalidade as reivindicações do movimento feminista, propuseram 30 emendas sobre os direitos das mulheres. Este fato ocorreu por forte pressão do movimento feminista, assim como da grande atuação do CNDM, que mobilizou feministas para atuar constantemente junto aos constituintes, e pelo sentimento de solidariedade feminina entre as deputadas constituintes que se formou decorrente de uma atuação em um ambiente privilegiadamente masculino (PINTO, 2003).

O CNDM promoveu campanhas que foram de extrema importância para a consolidação dos direitos das mulheres na Constituição. Além de promover por meio televisivo e por outdoors o slogan “Constituinte para valer tem que ter direitos da mulher!”, o CNDM promoveu o Encontro Nacional Mulheres e Constituinte em Brasília, em que foi elaborado um documento denominado “Carta das Mulheres”, que abrangia temas referentes a várias esferas da sociedade, assim como o direito das mulheres, e apresentou um documento com propostas à Assembleia Constituinte (PINTO, 2003).

Figura 1 – Encontro Nacional Mulheres e Constituinte



Fonte: José Amarante/Arquivo ABr

A atuação do movimento feminista durante os trabalhos constituintes se deu basicamente por meio de pressão e este fato é de extrema importância para evidenciar o papel da sociedade civil na formulação de políticas públicas, por meio de intervenção direta no campo político. O movimento feminista, tanto em nível nacional quanto regional, agiu de forma altamente estratégica, mobilizou novos membros, promoveu campanhas, encontros e assembleias e conseguiu fazer com que, pelo menos, uma parcela de suas demandas fosse contemplada (PINTO, 2003).

Dentre as conquistas dos direitos das mulheres na Constituição de 88, é importante ressaltar a extensão da licença maternidade para até 120 dias sem alteração de salário ou perda do emprego, a proibição de salários diferenciados com base no sexo, idade, cor ou estado civil, a exclusão da tutela do homem na sociedade conjugal e a extinção do direito do homem de impedir que sua esposa trabalhe (SILVA, 2013).

Junto à maior abertura política, o Brasil iniciava uma maior abertura econômica, trazendo à tona o pensamento neoliberal vigente nas maiores potências da época. A economia neoliberal contribuiu para a ascensão da parcela mais rica da sociedade, deixando as classes mais baixas ainda mais vulneráveis, principalmente as mulheres pertencentes a estas classes. Decorrente deste fato, ocorre surgimento de novas ONGs que atuam com o objetivo de buscar uma melhoria de vida da parcela mais precária da sociedade, substituindo, em partes, o papel do Estado nos compromissos de desenvolvimento de programas que visam a redução da desigualdade de gênero, classe social e étnica. A emergência de ONGs feministas contribuiu

para a expansão de ideais feministas para outros movimentos sociais e populares brasileiros, alcançando uma maior pluralização do feminismo no país (SILVA, 2013; SAFFIOTI, 1995).

O movimento feminista brasileiro teve várias de suas pautas baseadas nos movimentos feministas nos EUA e na Europa, buscando sempre a garantia dos direitos das mulheres. A promoção dos direitos humanos, e, mais especificamente, dos direitos das mulheres, foi feito em grande escala por organizações internacionais que, ao longo do tempo, foram sendo influenciadas pelo movimento feminista em si. A próxima seção tratará dos trabalhos realizados por organizações internacionais para promover os direitos das mulheres, focando nos esforços da ONU e apresentará as Conferências da ONU Sobre a Mulher.

3.3 O PAPEL DA ONU NA PROMOÇÃO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DA MULHER

Os direitos das mulheres já eram pauta global antes da fundação da ONU. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabeleceu diversas Convenções que promovem a igualdade entre homens e mulheres, como a Convenção nº41, que diz respeito ao trabalho noturno das mulheres, adotada em 1934; a Convenção nº100, relativa à igualdade salarial entre homens e mulheres, adotada em 1951; e a Convenção nº103, que garante o amparo à maternidade, adotada em 1952; Ainda, a Conferência Pan-Americana³ de 1948 aprovou a Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos da Mulher⁴ (BARSTED, 1995).

Desde a sua fundação em 1945, a ONU vem desempenhando papel de destaque na promoção dos direitos das mulheres como direitos fundamentais. É possível observar o interesse da organização em promover a igualdade entre os sexos desde a assinatura da Carta das Nações Unidas em 26 de junho de 1945, que entrou em vigor a partir de 24 de outubro do mesmo ano. Logo no preâmbulo da carta, é ressaltado o compromisso da organização em promover a igualdade entre homens e mulheres: “Nós, os povos das nações unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, [...] e a reafirmar a fé [...] na igualdade de direito dos **homens** e das **mulheres** [...]” (ONU, 1945, p.3, grifo nosso).

³ As Conferências Pan-Americanas foram realizadas entre 1889 e 1954 entre países do continente americano. Durante a IX Conferência, ocorrida em 1948, foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA). A OEA deu continuidade aos trabalhos das conferências a partir de 1954.

⁴ Todas estas convenções foram ratificadas pelo Brasil. A Convenção nº41 foi ratificada em 08 de junho de 1936; a Convenção nº100, em 25 de abril de 1957; a Convenção nº103, em 18 de junho de 1965. A Convenção Interamericana sobre a Concessão dos Direitos Políticos da Mulher foi ratificada pelo Brasil em 15 de fevereiro de 1950.

No período que se estendeu de 1945 a 1962, a ONU deu destaque para as diferenças entre homens e mulheres em questões como o acesso à educação e aos direitos de propriedade, os direitos ao voto e na diferença de salários entre homens e mulheres realizando trabalhos idênticos.

Em junho de 1946, o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), órgão da ONU responsável pela promoção dos direitos humanos em geral, estabeleceu a Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), especificamente responsável pelas questões referentes aos direitos das mulheres. As funções da CSW eram preparar relatórios e recomendações sobre o direito da mulher ao redor do mundo e a monitorar a implementação de medidas acordadas internacionalmente referente às mulheres, além de discutir mais amplamente os direitos das mulheres na política, na economia, na educação e na vida social (GUARNIERI, 2010).

Por um lado, a CSW teve grande influência na elaboração de documentos, tratados e declarações que englobam o direito da mulher, como a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 1948; a Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres, adotada pela Assembleia Geral em 1952 e; a Convenção sobre a Nacionalidade das Mulheres Casadas, de 1957. Por outro lado, a Comissão nunca teve o poder de investigar casos de violação de direitos das mulheres (GUARNIERI, 2010).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada e proclamada durante Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. A Declaração foi essencial para que a garantia dos direitos humanos passasse a ser considerada uma questão internacional, em que os países que a adotaram deveriam não só promover os direitos dos seus cidadãos, como também adotar medidas internacionais que assegurassem a universalidade destes direitos (ALVES, 2005). A Declaração ressalta a igualdade entre homens e mulheres, como feito na Carta das Nações Unidas, e torna evidente a importância da garantia de direitos a todos os seres humanos (UNESCO, 1998).

O início da década de 60 foi palco de grandes mudanças no âmbito das Nações Unidas. O surgimento de diversas nações independentes, principalmente devido ao processo de descolonização, aumentou o número de Estados-membros da organização, que precisou ampliar o seu foco de modo que não negligenciasse questões vistas, até então, como exclusivas do chamado Terceiro Mundo. Decorrente dessas novas preocupações, a ONU redimensionou seus programas de assistência técnica para mulheres de países em desenvolvimento e adotou a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as

Mulheres, em 1967. A Declaração possuía caráter apenas recomendatório, porém, foi de grande importância para o avanço do movimento internacional de afirmação dos direitos das mulheres (GUARNIERI, 2010).

Com uma maior força do movimento feminista internacional a partir dos anos 70 e, principalmente, por grande influência dos movimentos feministas presentes nos Estados Unidos e na Europa, que ganharam mais força a partir da década de 60, como visto no Capítulo 3.1, a Assembleia Geral da ONU, por recomendação da CSW e com apoio da ECOSOC, declarou o ano de 1975 como o Ano Internacional das Mulheres e organizou a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México (SAFFIOTI, 1995).

Nesta primeira conferência, ocorrida entre 19 de junho e 2 de julho, planejava-se elaborar objetivos futuros que visassem ao término da discriminação da mulher e que contemplassem a igualdade plena de gênero, a plena participação das mulheres no desenvolvimento e uma maior contribuição das mulheres à paz mundial (CASADO, 2007?).

Figura 2 – Visão geral da cerimônia de inauguração da Conferência do México



Fonte: UN Photo/B Lane

Paralelo à conferência, foi realizado o evento denominado Tribuna do Ano Internacional das Mulheres, que reuniu cerca de 6000 representantes de ONGs de vários países e ajudou a reforçar o relacionamento entre a ONU e a sociedade civil (GUARNIERI,

2010). Este fator evidencia novamente a importância do movimento feminista para que esta conferência e as seguintes fossem realizadas.

Ao fim da conferência foi elaborado um documento conhecido como “Plano de Ação para a Implementação dos Objetivos do Ano Internacional das Mulheres”, que visava promover, durante a próxima década, o acesso igualitário das mulheres à educação, participação política e empregos, além de melhorias em serviços principais da sociedade, como o saneamento básico e na assistência ao planejamento familiar. Ainda, a Assembleia Geral da ONU decidiu, então, por proclamar a década de 1976-1985 como a Década das Nações Unidas para as Mulheres. Este fato teve grande influência para uma maior consciência internacional “da gravidade da situação da mulher no mundo, trazendo para primeiro plano as questões femininas e ajudando a promover, organizar e legitimar o movimento internacional das mulheres” (GUARNIERI, 2010, p. 9).

Em 1979, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), cuja principal diretriz era a afirmação de que todas as mulheres são livres, tanto quanto os homens, para fazerem decisões pessoais sobre suas vidas. A convenção possuía uma singularidade própria, a convocação dos governos nacionais a lutarem contra a discriminação não só na esfera pública, mas, principalmente, na privada (GUARNIERI, 2010). No entanto, a CEDAW foi amplamente criticada por ONGs relacionadas ao direito da mulher por não mencionar a questão da violência doméstica e sexual contra as mulheres (BARSTED, 1995).

A assinatura formal da Convenção ocorreu durante a II Conferência Mundial Sobre as Mulheres. Realizada em Copenhague entre 14 e 30 de julho de 1980, a conferência teve como objetivo avaliar os progressos e resultados alcançados a partir do Plano de Ação adotado na conferência anterior. Ainda, buscou discutir a falta de alinhamento entre a igualdade reconhecida por lei e a real execução desses direitos concedidos às mulheres. Assim, as principais esferas de atuação da conferência foram a igualdade no acesso à educação, a igualdade de oportunidades de trabalho e a atenção à saúde das mulheres (CASADO, 200?). O Programa de Ação da Conferência de Copenhague pedia aos países um maior número de medidas que assegurassem os direitos das mulheres, principalmente em relação ao direito à propriedade e à herança (GUARNIERI, 2010).

Figura 3 – Lucille Marie, Secretária-Geral da Conferência de Copenhague, na cerimônia de abertura



Fonte: UN Photo/Per Jacobsen

Já a terceira conferência, que ocorreu entre 15 e 26 de julho de 1985 em Nairóbi, denominada oficialmente como “Conferência Mundial para Revisar e Avaliar as Conquistas da Década das Nações Unidas para as Mulheres: Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, teve o objetivo de avaliar a Década da Mulher. A conferência chamou atenção para o fato de que os objetivos estabelecidos para os últimos cinco anos não haviam sido cumpridos e as mulheres, principalmente em países em desenvolvimento, continuavam a serem tratadas como uma parte menos significativa no auxílio ao crescimento destas nações (GUARNIERI, 2010).

Figura 4 – Encerramento da Conferência de Nairóbi



Fonte: UN Photo/Milton Grant

Assim, foi considerado que, mais do que o direito legítimo da incorporação das mulheres em todos os âmbitos da vida, é uma necessidade das sociedades contar com a participação das mulheres. Com isso, foi estabelecido o documento “Estratégias de Nairóbi”, um plano de ação que buscava determinar medidas de caráter jurídico, assim como medidas para alcançar a igualdade na participação social e igualdade na participação política e nos lugares de tomada de decisão (CASADO, 200?). O Quadro 1 resume os objetivos das três primeiras conferências e seus resultados.

Quadro 1 – As três primeiras Conferências da ONU Sobre a Mulher: objetivos e resultados

Conferência	Objetivos	Resultados
Conferência do Ano Internacional da Mulher, Cidade do México (México), 1975	Promover: O término da discriminação da mulher; A igualdade plena de gênero; Plena participação das mulheres no desenvolvimento; Maior contribuição das mulheres à paz mundial.	Plano de Ação para a Implementação dos Objetivos do Ano Internacional das Mulheres; 1975-1985 Década das Nações Unidas para as Mulheres.
Conferência Mundial da Década das Nações Unidas para as Mulheres: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, Copenhague (Dinamarca), 1980	Avaliar os resultados do Plano de Ação anterior; Discutir a falta de alinhamento entre a igualdade reconhecida por lei e a real execução desses direitos concedidos às mulheres; Promover igualdade na educação, trabalho e saúde.	Assinatura formal da CEDAW; Plano de Ação para a Segunda Metade da Década das Nações Unidas para as Mulheres.
Conferência Mundial para Revisar e Avaliar as Conquistas da Década das Nações Unidas para as Mulheres: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, Nairóbi (Quênia), 1985	Avaliar a Década da Mulher; Promover maior participação da mulher na vida pública dos países;	As Estratégias de Nairóbi para o Avanço das Mulheres.

Fonte: Elaborada pelo autor

Após a Conferência de Nairóbi, apesar dos planos de ação e dos objetivos estabelecidos para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, pouco mudou em relação às questões de emprego, educação e saúde das mulheres. Assim, a Assembleia Geral da ONU determinou que fosse realizada a IV Conferência da ONU para as Mulheres: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz (GUARNIERI, 2010).

Como visto no Capítulo 2, a década de 90 trazia consigo uma nova ordem mundial pós-Guerra Fria, com a emergência de questões sociais na agenda internacional, deixando de lado o foco único nas questões relacionadas à segurança. Esta mudança na política internacional contribuía para que o interesse da população civil da atuação do governo em fóruns multilaterais que visassem ao desenvolvimento nacional, tanto em questões sociais, quanto ambientais, aumentasse. Junto a isso, estava ocorrendo uma onda de redemocratização após o fim da União Soviética, o que também contribuía para que os governos se abrissem para as demandas sociais e percebessem a necessidade da promoção de direitos humanos (ALVES, 2001).

A IV Conferência foi realizada após uma série de conferências que focavam questões sociais e ambientais, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992; a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, em 1993; a Conferência Internacional sobre Desenvolvimento e População, no Cairo, em 1994 e; a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, em Copenhague, em 1995 (GUARNIERI, 2010).

As conferências sociais que antecederam a IV Conferência foram de grande impacto e resultaram em importantes conquistas para as mulheres. Por exemplo, a Conferência Mundial Sobre Direitos Humanos reconheceu os direitos das mulheres como direitos humanos universais, interdependentes, inalienáveis e indivisíveis, dando oportunidade para a elaboração, no mesmo ano, da Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher. Uma grande pressão por parte de mulheres ao redor do mundo e de ONGs ligadas ao tema foi essencial para que a questão da mulher fosse destacada na Conferência de Viena (GUARNIERI, 2010).

Ocorrida em Pequim, entre os dias 4 e 15 de novembro de 1995, com cerca de cinquenta mil participantes, sendo 2/3 mulheres, a IV Conferência da ONU Sobre a Mulher teve o principal objetivo de modificar a forma em que as relações entre homens e mulheres são vistas, levando em consideração os papéis de gênero socialmente construídos tanto na sociedade em si, quanto no trabalho, na política, na família, nas instituições e em qualquer aspecto das relações humanas (CASADO, 200?).

Segundo Alves (2001), a Conferência de Pequim foi a mais importante dentre as quatro que ocorreram, pois

[a]demais de constituir um passo a mais dessa caminhada internacional pela

afirmação dos direitos de pelo menos metade da humanidade, ela expandiu decisivamente o escopo desses encontros, definindo claramente os direitos da mulher como direitos humanos, fundamentais em seus aspectos genéricos e em sua especificidade, para cuja observância não somente os Estados, mas a sociedade em geral, assim como os indivíduos que as compõem, têm obrigações e responsabilidades. Para fazê-lo, a Conferência de [Pequim] baseou-se naquilo que vinha sendo construído sobre o assunto desde décadas anteriores, mas refletiu sobretudo as conquistas extraordinárias que as mulheres vinham obtendo nas conferências sobre outros temas que a precederam imediatamente (ALVES, 2001, p. 211).

Figura 5 – Visão geral da IV Conferência da ONU Sobre a Mulher, em Pequim



Fonte: UN Photo/Zheng Yan Hui

Durante os 18 meses que antecederam a conferência, foram elaborados, por representantes de 180 países, uma Plataforma de Ação e a Declaração de Pequim, que estabeleceram áreas de ação para a comunidade internacional. Os documentos foram adotados por 189 países (GUARNIERI, 2010).

A Plataforma de Ação cobre todos os assuntos abordados durante todas as conferências no que é relativo às mulheres, e apresenta um guia de ação para superar a discriminação de gênero ao redor do mundo, que deve ser seguido por Estados, organizações governamentais, organizações não governamentais, meios de comunicação e indivíduos. A

Plataforma definiu 12 áreas temáticas prioritárias, comuns a todos os Estado que são: Mulheres e pobreza; Educação e Capacitação de Mulheres; Mulheres e Saúde; Violência contra as Mulheres; Mulheres e Conflitos Armados; Mulheres e Economia; Mulheres no Poder e na liderança; Mecanismos institucionais para o Avanço das Mulheres; Direitos Humanos das Mulheres; Mulheres e a mídia; Mulheres e Meio Ambiente e; Direitos das Meninas (ALVES, 2001).

Já a Declaração de Pequim é o documento no qual os países se comprometeram a implantar a Plataforma de Ação, assim como garantir a aplicação tanto dos direitos das mulheres e meninas, quanto de outros temas sociais discutidos nas conferências (ALVES, 2001).

Apesar de inúmeras ressalvas por parte de diversos países, a aprovação unânime da Plataforma de Ação é um marco no que diz respeito ao fortalecimento dos direitos das mulheres. Uma das inovações mais importantes para a luta pela promoção dos direitos das mulheres, prevista pela Plataforma, é o conceito de transversalidade de gênero nas políticas públicas. A transversalidade pretende assegurar que os governos integrem as perspectivas de gênero e os direitos das mulheres a todas as políticas públicas, e estas perspectivas e direitos devem ser “desenvolvidas em cada área governamental, considerando as especificidades das mulheres e dos homens” (BANDEIRA, 2004, p. 10).

Porém, a Plataforma é apenas uma ferramenta que possibilita uma maior consciência coletiva e internacional do papel da mulher na sociedade. A partir daí, é de responsabilidade imprescindível dos Estados que adotaram a Declaração, cumprirem com seus objetivos em relação aos direitos das mulheres, procurando promover meios que garantam a igualdade de direitos e oportunidades, tanto em âmbito público quanto privado, entre os dois sexos.

Ainda, a participação da sociedade civil durante o processo decisório da conferência foi de extrema importância, já que a partir do momento que a sociedade defendeu seus interesses no âmbito da conferência, lutando para que estes fossem inclusos na Plataforma, esta sociedade exigirá do seu país o cumprimento dos objetivos da Plataforma. Esta participação da sociedade civil foi encorajada pela ONU justamente para servir de apoio na pressão aos países para o cumprimento dos objetivos adotados nas conferências (ALVES, 2001).

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento feminista teve suas origens políticas no fim do século XIX e início do século XX. Impulsionado por movimentos sufragistas que queriam garantir o direito da mulher ao voto, o movimento se consolidou na que foi considerada sua primeira onda. O movimento sufragista ultrapassou barreiras nacionais e alcançou outros lugares do mundo, como o Brasil, inspirando a luta pelo direito ao voto no país e dando forma ao movimento nacional de mulheres.

Porém, foi somente a partir dos anos 60 que o movimento feminista ocidental atingiu novas esferas políticas e sociais e sua crescente força como unidade política atingiu âmbitos internacionais, trazendo à tona a necessidade de uma discussão global sobre o tema. Desta forma, as reivindicações do movimento foram ouvidas pela ONU, que investiu na promoção de regimes internacionais sobre o tema e, por meio da CSW e da ECOSOC, declarou o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e promoveu a primeira Conferência da ONU Sobre a Mulher.

No entanto, nos anos 60, no Brasil, o país passava por uma ditadura militar que inibia a atuação de movimentos sociais, limitando a força do movimento feminista, afastado da esfera pública e circunscrito a encontros privados. Estes fatores afastaram o movimento das ruas e impediram que as manifestações vivenciadas nos EUA e na Europa ocorressem nacionalmente, o que poderia acarretar em maior atenção política do governo para o assunto. Da mesma forma, como será visto no capítulo a seguir, a atuação do Brasil na primeira conferência foi limitada a fatores que não contemplavam totalmente as demandas das mulheres.

O próximo capítulo buscará compreender a atuação do Brasil nas Conferências da ONU Sobre a Mulher, relacionando-a com o momento histórico vivido em cada uma delas e buscando evidenciar as diferenças na atuação do país na IV Conferência, pós-Guerra Fria e pós ditadura militar. Para tanto, primeiramente o capítulo tratará dos principais objetivos da política externa brasileira no decorrer do século XX. Em seguida, será discutida a atuação do país nas três primeiras conferências e, após isso, será dado um maior foco à atuação brasileira na IV Conferência, em Pequim, bem como nas suas consequências e resultados em âmbito nacional.

4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A ATUAÇÃO DO BRASIL NAS CONFERÊNCIAS DA ONU SOBRE A MULHER

A atuação da delegação diplomática brasileira nas Conferências da ONU foi aperfeiçoada ao decorrer dos anos. Nas primeiras conferências, entre 1975 e 1985, o país procurou manter um posicionamento cauteloso, concentrando-se nos objetivos do Grupo dos 77 em utilizar as conferências como meios para o desenvolvimento nacional. Já na IV Conferência, em Pequim, o país mudou seu posicionamento, buscando se posicionar em assuntos polêmicos e garantindo uma conversa direta com o movimento feminista e seus interesses.

A atuação brasileira reflete o momento político vivenciado pelo país em cada ano em que ocorreu cada uma das conferências, bem como também pode refletir o contexto internacional em que estas foram ambientadas, seja por meio do posicionamento do país, dos seus interesses, do seu diálogo com grupos de interesses ou dos esforços para um avanço interno dos direitos das mulheres. Portanto, para compreender cada um destes momentos, é necessária a compreensão das principais características e interesses da política externa brasileira ao longo dos anos.

O objetivo deste capítulo é evidenciar as relações entre os principais objetivos da política externa brasileira vigente durante cada conferência e a atuação da delegação brasileira nas conferências. Assim, este capítulo apresentará, em sua primeira seção, a trajetória da política externa brasileira durante o século XX, refletindo sobre suas modificações influenciadas pelo contexto internacional e doméstico. Em seguida, tratará propriamente sobre a evolução da participação brasileira das Conferências da ONU Sobre a Mulher, destacando ainda os avanços consolidados internamente após cada conferência. Um maior destaque será dado para a IV Conferência da ONU Sobre a Mulher, ocorrida em Pequim em 1995, identificando a influência da redemocratização e das modificações na agenda internacional no posicionamento de política externa do país.

4.1 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PRINCIPAIS OBJETIVOS NO SÉCULO XX

A política exterior de um país nada mais é que uma política pública, porém com a diferença de ser implementada fora das fronteiras estatais. Assim, a política exterior não é apenas uma ação externa, e é preciso considerar que sua execução incide nas demandas e conflitos de variados grupos domésticos, enquanto estas demandas e conflitos podem

influenciar na política externa (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013). Porém, no Brasil a política externa tradicionalmente foi baseada em um modelo de Estado autônomo, em que tal política é deslocada da política doméstica e considerada primordialmente uma questão de Estado e não de governo⁵. Este modelo teve condições de ser seguido e mantido, pois as elites brasileiras percebiam a carreira diplomática como algo além do Estado, dando total legitimidade para a condução da política externa por diplomatas, e pela concentração desta política no Poder Executivo (LIMA, 2005).

Seguindo esta lógica, foram raros os momentos em que a política externa brasileira sofreu alguma alteração. Desde a formação do Brasil industrial, pode-se apontar três rupturas na diplomacia do país: a instalação do governo militar em 64; o modelo “pragmatismo responsável” adotado por Geisel durante seu mandato (1974 à 1978) e; o governo Collor, entre 1990 e 1992, com a liberalização da economia e abertura comercial. Esta estabilidade da política externa é resultado do papel principal de tal política como instrumento de desenvolvimento interno, assim como de mecanismo para conquistar uma atuação de protagonismo na política mundial e da concentração de sua formação e implementação no Ministério das Relações Exteriores (LIMA, 2005).

De modo geral, é possível afirmar que a conduta da política externa brasileira sempre teve o principal objetivo de conceder ao país um *status* mais favorável no contexto das relações globais de poder. O Brasil, mesmo que por vezes se restringindo ao plano regional, nunca abriu mão de um lugar de destaque (MIYAMOTO, 2009). Pode-se dizer, até mesmo, que a principal razão pela existência da política externa brasileira é esta aspiração pela inserção internacional como meio de alcançar o desenvolvimento nacional. Segundo Araújo Castro, último chanceler brasileiro antes do Golpe de 64,

[a] Política Internacional do Brasil tem como objetivo primordial a neutralização de todos os fatores externos que possam contribuir para limitar o seu Poder Nacional. Essa política não poderia ser mais autêntica nem mais brasileira. O nacionalismo não é, para nós, uma atitude de isolamento, de prevenção ou de hostilidade. É, ao contrário, uma grande vontade de participação internacional. É um esforço para colocar o Brasil no mundo, mediante a utilização de todos os meios e com o concurso de todos os países que queiram colaborar conosco no equacionamento e solução dos problemas mundiais. Esse nacionalismo é uma posição de afirmação e de maturidade do Brasil dentro da comunidade das nações (CASTRO, 1982, p. 212 apud

⁵ A diferença entre questões de Estado e de governo diz respeito à continuidade de certas políticas, ou seja, uma questão de Estado é considerada atrelada ao país, independente de qual seja o governo atuante, enquanto que uma questão de governo pode se alterar com a mudança de governantes.

LIMA, 2005).

O objetivo de promover a inserção internacional do Brasil foi buscado pela forte presença nacional em fóruns multilaterais. Desde meados do século XIX, o Brasil buscou participar de alguma forma em discussões internacionais. Mesmo que as primeiras conferências realizadas se restringissem às potências, como o Congresso de Viena (1815), o país participou ativamente de reuniões de caráter técnico, posteriores a estes encontros. A primeira ocasião em que o país participou de forma igualitária com potências internacionais foi durante sua luta por um assento permanente na Liga das Nações, mesmo sem alcançar o resultado desejado (LIMA, 2005).

No século XX, a diplomacia brasileira, que costumava ter seu eixo voltado às potências europeias, voltou-se para os Estados Unidos. As relações exteriores do Brasil nesta época tinham o principal objetivo de conquistar um *status* de aliado privilegiado dos Estados Unidos, buscando, através desta relação, um maior desenvolvimento nacional. Porém, o desenvolvimento industrial implementado desde os anos 30 não recebia apoio o suficiente proveniente desta relação, e a política externa brasileira viu a necessidade de alterar esse perfil (VIZENTINI, 1999; LIMA, 2005).

O país, então, encarava a necessidade de escapar da dependência em relação aos Estados Unidos e de atuar em âmbito mundial. Neste contexto, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico do país, durante o segundo Governo Vargas (1951-1954), foi adotado o modelo de industrialização por substituição de importações, influenciado pelos ideais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). No entanto, a obtenção de recursos e tecnologias dependia fortemente dos Estados Unidos, o que levou Vargas a buscar a implementação de uma barganha nacionalista, em que o Brasil apoiaria os Estados Unidos durante a Guerra Fria, enquanto, em troca, os EUA ajudariam no desenvolvimento econômico brasileiro (VIZENTINI, 1994).

Porém, a tentativa de inserção do país no plano mundial não teve grandes resultados. Neste momento, os países socialistas ainda eram considerados inimigos, enquanto os países de Terceiro Mundo não possuíam força política, a Europa ocidental e o Japão recém haviam concluído sua reconstrução econômica e a América Latina estava sob pressão estadunidense. Junto a isso, internamente a oposição apoiava fortemente os EUA, o que acabou por isolar o governo (VIZENTINI, 1994).

O projeto de desenvolvimento foi abandonado durante o governo Café Filho (1954-

1955), em que ocorreu uma abertura econômica total ao capitalismo e o país voltou a se alinhar automaticamente aos Estados Unidos. Durante os primeiros anos do governo Kubitschek, a situação permaneceu a mesma, com a diferença que o projeto de industrialização é retomado, porém, desta vez voltado para o setor de bens de consumo duráveis (CERVO; BUENO, 2011).

Em 1958, Kubitschek retomou a estratégia de barganha nacionalista através da Operação Pan-Americana (OPA). A OPA tinha o objetivo de aumentar os investimentos nas localidades atrasadas economicamente da América Latina, bem como fornecer assistência técnica para que fosse possível gerar maior produtividade e ampliar recursos e garantir investimentos realizados, por meio da utilização de capitais públicos e buscando tornar as relações interamericanas multilaterais. Neste mesmo momento, lentamente, o presidente buscou aumentar a barganha nacionalista para países socialistas e de Terceiro Mundo, porém, com o aumento da internacionalização da economia brasileira, bem como de conflitos sociais internos, esta última estratégia foi interrompida (VIZENTINI, 1994).

O governo Jânio Quadros deu início à Política Externa Independente (PEI), que era composta por cinco princípios. O primeiro deles dizia respeito à ampliação do mercado externo, que abrangia maior relação comercial com todos os Estados, até mesmo os socialistas; o segundo defendia a formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômico, assim como a prestação e aceitação de ajuda internacional por meio destes planos; o terceiro tratava da coexistência pacífica das nações, a manutenção da paz e o desarmamento progressivo; o quarto defendia o conceito de não-intervenção e autodeterminação dos povos e, por fim, o quinto princípio defendia a emancipação das colônias ainda existentes (VIZENTINI, 1994).

A PEI foi formulada a partir de abordagens econômicas, diplomáticas e sociais. A abordagem econômica levou em consideração a queda contínua de preços de matéria-prima e produtos agrícolas, buscando-se a inserção em novos mercados. Também, a PEI apoiou o desenvolvimento industrial do país e, mesmo sendo uma política de um país capitalista ainda economicamente dependente, procurou criar sua própria área de interesse. Diplomáticamente, a PEI considerou as crescentes mudanças no plano internacional, inclusive a aparição de novos atores, questionou ainda o status quo mundial e a liderança dos EUA, procurando uma nova forma de inserir o país internacionalmente. Por fim, a abordagem social da PEI relaciona-se a mudanças na sociedade brasileira, em que a urbanização e industrialização geraram novas ordens sociais e políticas (CERVO; BUENO, 2011).

No contexto mundial nesta época, em que a Europa e o Japão já estavam reconstruídos, a descolonização avançada da África e a Revolução Cubana impactava fortemente na América Latina. A nova estratégia político-econômica brasileira de inserção no plano internacional permitiu que o país agisse diplomaticamente no âmbito mundial, dando à política externa brasileira um caráter multilateral, em que, sem deixar de lado as relações Norte-Sul, as relações Sul-Sul e Sul-Leste (que abrangiam relações com o Terceiro Mundo e com países socialistas) ganharam maior destaque. Esta nova inserção deu à política externa do país uma maior autonomia em relação aos EUA (VIZENTINI, 1994).

Os EUA não viam a PEI com bons olhos, e João Goulart assumiu o governo nacional em meio a uma articulação da direita civil e militar, em que Washington estava em contato diretamente com grupos pró-americanos no país. De qualquer forma, Jango, junto ao seu Chanceler San Tiago Dantas, deu continuidade e aprofundou ainda mais a PEI. Assim, a diplomacia brasileira reatou laços com a União Soviética (URSS), apoiou a descolonização da África Portuguesa, fortaleceu contatos com países da América Latina e não apoiou Washington na expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA). Neste contexto, os EUA consideram o país como um “caso perdido”, aliaram-se aos governos estaduais pró-americanos e articularam o golpe militar junto à direita brasileira (VIZENTINI, 1994).

O Golpe de 64 marcou uma ruptura na política externa brasileira. Os anos iniciais da ditadura militar implicaram em retrocesso da PEI, com alinhamento com os Estados Unidos. O Brasil adotou uma política externa semelhante ao país norte-americano, por meio da Doutrina de Segurança Nacional, alinhando-se aos seus interesses e buscando conter os movimentos populares e as “tendências esquerdistas”, principalmente durante o governo Castelo Branco. Este alinhamento prosseguiu durante os governos Costa e Silva e Médici, porém, resgatando um maior interesse em um projeto nacional de inserção como potência internacional e de relações exteriores multilaterais (VIZENTINI, 1999; 1994).

O Governo Geisel (1974-1979) ampliou esse processo por meio de uma estratégia denominada “Pragmatismo Responsável e Ecumênico”⁶, que retomava, mesmo que de forma menos politizada, muitos dos interesses defendidos pela PEI, resgatando o caráter desenvolvimentista da política externa brasileira e deixando para trás o alinhamento com a

⁶ O termo “ecumênico” se refere à universalidade, ao geral e ao coletivo. Neste sentido, a política promovida por Geisel pretendia atuar de forma que todos os setores da sociedade possuísem os mesmos objetivos e interesses.

política externa americana (VIZENTINI, 1999). Ainda, o Governo Geisel buscou uma reaproximação com os países do Terceiro Mundo, pois esta geraria uma menor dependência de países desenvolvidos, apoiando-se no Grupo dos 77 (G77)⁷, formado por países em desenvolvimento:

O apoio ao G-77, que buscava uma ordem econômica internacional mais “justa”, a simpatia com relação às propostas dos países que não desejavam se alinhar com a ex-URSS ou com os EUA e uma política de aproximação com países do Oriente Médio e com nações africanas marcaram uma política externa terceiro-mundista (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p.293).

Segundo Spektor (2004), durante o Governo Geisel,

[é] possível detectar transformações importantes em todas as áreas relevantes da agenda externa: no relacionamento com os EUA, com a Bacia do Prata, com os países andinos, com a Europa, a África, o Oriente Médio, a China e o Japão. Nos casos de Argentina, Israel e Portugal, as medidas tomadas nos anos pragmatismo colidiram com práticas de longa tradição no repertório da diplomacia brasileira. Adotaram-se, também, novos posicionamentos na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Organização das Nações Unidas (ONU) (SPEKTOR, 2004, p. 197).

O Governo Figueiredo (1979-1985) manteve a busca por um status de potência para o Brasil, que acreditava-se poder ser alcançado apenas com o desenvolvimento econômico e com a autonomia nacional. Deste modo, o governo acreditava que, para cumprir este objetivo, o Estado deveria até mesmo buscar a aliança com países que contrapunham ideologicamente os pressupostos nacionais da época. A política externa do Governo Figueiredo desenvolveu um caráter universalista, ou seja, procurou a aproximação com países de todas as partes do mundo e continuou a priorizar fatores políticos, econômicos e geopolíticos e levar pouco em consideração questões sociais, por exemplo (FERREIRA, 2006).

O período que compõe os anos finais da ditadura militar, a formulação de uma nova constituição e o pós-Guerra Fria foi marcado pelo surgimento e aprofundamento de novos interesses na política externa brasileira. Durante o governo José Sarney (1985-1989) e os anos iniciais do governo Fernando Collor, o caráter predominantemente desenvolvimentista da política externa brasileira, que foi destaque durante décadas, assim como o modelo de substituição por exportação, estavam sendo modificados, o que resultava na necessidade de uma mudança na forma que o país se inseria internacionalmente (SARAIVA; TEDESCO,

⁷ Um dos principais meios de ação do G77 foi a participação ativa em fóruns da ONU, em que o grupo buscava negociar permanentemente meios de tornar a esfera global menos injusta e desigual economicamente, bem como apelava por uma reforma na ordem internacional vigente (CERVO; BUENO, 2011).

2001; HADDAD, 2007).

Neste período, a crescente globalização da agenda internacional contribuía para uma internacionalização da agenda doméstica, sendo que este aspecto, em conjunto com a redemocratização do país, levaram a uma maior abertura no processo decisório, assim como possibilitaram uma transição de questões de política externa para setores além do Poder Executivo e resultaram em uma superação da fronteira interno/externo (HADDAD, 2007). Esta superação pode ser evidenciada por

uma crescente conexão entre políticas domésticas e internacionais, o que requer que o processo decisório das políticas brasileiras passe a considerar argumentos e tendências internacionais. Isso significa que determinados assuntos antes restritos ao Estado nacional assumiram uma dimensão transnacional e as políticas nacionais comunicam-se com as de outros Estados e outras passam a ser deliberadas em fóruns internacionais. Em decorrência, o Estado brasileiro tem se reestruturado de forma a atender aos desafios dessa mudança (FRANÇA; SANCHEZ, 2009).

Estes novos aspectos da política externa brasileira contribuíram para um novo relacionamento entre Estado e sociedade, passando-se a considerar os interesses de diversos atores no processo decisório de políticas públicas, até mesmo, atores não-estatais, evidenciando uma descentralização da formulação de política externa. Assim, os processos de decisão de políticas públicas passaram a considerar dois fatores como imprescindíveis para alcançar seus objetivos, a representatividade e a eficácia, e estes elementos contribuíram para um maior entendimento da política externa brasileira na época (PINHEIRO, 1997).

O país passou a promover uma diplomacia pública, ou seja, uma política externa que se baseia na participação da sociedade na definição das pautas e objetivos da política internacional interna, o que demandou uma abertura de espaço para que grupos de interesse, movimentos sociais e ONGs, assim como a sociedade civil em geral, possam interagir de forma significativa com o governo, sendo que a atuação da política externa brasileira buscou representar estes grupos e ser eficaz nos resultados que os contemplam (PINHEIRO, 1997; HADDAD, 2007).

Ainda, a partir do governo Collor, a diplomacia brasileira era baseada em uma “autonomia pela distância”, ou seja, o país promovia uma política que não aceitava automaticamente os regimes internacionais vigentes e acreditava em um desenvolvimento parcialmente autônomo. Assim, o país buscava preservar a soberania nacional, contrapondo-se a algumas pautas da agenda de grandes potências. Porém, a partir dos anos 90, o país passa

a promover uma política de “autonomia pela participação”, que buscou a adesão aos regimes internacionais e procurou participar da formulação destes regimes, influenciando nos princípios do sistema internacional, sem deixar de lado a sua autonomia na política externa, como é descrito pelo presidente Fernando Henrique, enquanto diplomata:

[A] política externa que persegui desde minha curta passagem pelo Itamaraty (de outubro de 1992 a maio de 1993) buscou “a autonomia pela participação” numa realidade internacional cambiante, em contraposição à “autonomia pela distância” da ordem mundial vigente, que em momentos anteriores marcou governos autoritários. [...] O Itamaraty, geralmente entregue a diplomatas de carreira naqueles anos de tendência tecnocrática, acabou por desenhar uma política de defesa de nossos interesses que jogava com o terceiro-mundismo. [...] A política externa do regime militar tinha a legitimidade do governo que a criara. Após a queda do muro de Berlim, em 1989, e com a aceleração dos processos econômicos vinculados à globalização, nos anos 1980 e 1990, havia que rever seus objetivos centrais (CARDOSO, 2006, p. 604-606 apud VIGEVANI; CEPALUNI, 2007, p. 293-294).

Portanto, a partir dos anos 90, o país atuou com mais ativismo em foros multilaterais, além de ter ampliado sua integração regional, principalmente por meio do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e buscado se aproximar de países como a Índia e a China (SARAIVA, TEDESCO, 2001).

A diplomacia durante o governo Fernando Henrique Cardoso buscou se distanciar do posicionamento adotado pelo G77, enfatizando a necessidade de cooperação no sistema internacional para além do grupo, porém sem deixar manter a boa relação com os países em desenvolvimento (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007). Ainda, o governo assumiu as características da nova agenda internacional. Assim, o país adotou uma postura de maior defesa da democracia, direitos humanos, livre comércio e de formação de regimes. Ainda, procurou não assumir um caráter de alinhamento automático e, sim, de alinhamentos que variassem de acordo com o tema em destaque e de adesão aos regimes referentes a estes temas. Procurou, também, se posicionar em questões relacionados ao Conselho de Segurança e à política nuclear e aumentar sua participação em Operações de Paz das ONU (SARAIVA, TEDESCO, 2001).

O comércio internacional, subsídios e protecionismos, meio ambiente e dívida externa passaram a ter mais destaque na agenda do país. O país aderiu aos regimes de direitos humanos e de controle de tecnologia, dos quais estava afastado durante o regime militar (LIMA, 2005).

De forma geral, a política externa brasileira nunca deixou de lado o interesse primordial de inserção como potência internacional e de desenvolvimento econômico. O país consolidou seu papel de potência regional e buscou estar inserido nas questões internacionais que poderiam afirmar este papel. Nos anos que compreenderam a redemocratização e o início de uma nova ordem mundial, a política externa buscou se adaptar aos novos temas e integrar as questões internacionais às políticas públicas internas, abrindo espaço para uma maior relação entre Estado e sociedade. Ainda, a superação do modelo da autonomia pela distância e a sua substituição pela autonomia pela participação contribuiu para que o interesse e a atuação do país em fóruns multilaterais se desse de modo mais participativo, utilizando dos acordos e declarações definidas nestes fóruns ao seu favor.

A compreensão das etapas vivenciadas pela política externa brasileira é imprescindível para o entendimento da atuação e posicionamento da delegação brasileira no âmbito das Conferências da ONU Sobre a Mulher. Desta forma, as duas seções a seguir tratarão especificamente desta atuação, destacando as mudanças ocorridas ao longo dos anos, decorrentes da globalização, do fim da Guerra Fria e do fim do regime militar. As sessões a seguir tratarão, também, dos avanços que as conferências possibilitaram para os direitos das mulheres na instância nacional.

4.2 1975 À 1985 – A ATUAÇÃO BRASILEIRA NAS TRÊS PRIMEIRAS CONFERÊNCIAS DA ONU SOBRE A MULHER

Como visto no Capítulo 3, a ONU declarou o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e, a partir disso, propôs a realização de conferências voltadas para a promoção dos direitos das mulheres no mundo. Assim, a organização promoveu a I Conferência Sobre a Mulher, ocorrida entre 19 de junho e 2 de julho de 1975 na Cidade do México. A conferência reuniu representantes de 133 países e 2000 delegados, sendo a maioria deles mulheres. Ainda, a realização paralela da Tribuna do Ano Internacional da Mulher contou com a participação de cerca de 6000 mulheres membros de movimentos sociais ou de organizações não governamentais (GUARNIERI, 2010).

No Brasil, o general Geisel assumira o governo no ano anterior, em 1974, prometendo uma “distensão política gradual e controlada” (PINTO, 2003, p. 56). Assim, os antecedentes da conferência foram marcados por reuniões preparatórias de grupos feministas, permitidas pelo Governo. A comissão brasileira oficial enviada à conferência foi presidida pelo

Embaixador Lauro Escorel e composta por delegadas e delegados que receberam instruções prévias da posição brasileira, contando também com a presença da convidada Bertha Lutz, que adquiriu caráter de delegada plenipotenciária (FONTÃO, 2011).

Como visto na Seção 3.2, o movimento feminista na época da primeira conferência estava ganhando forças para reivindicar suas pautas na esfera pública. A presença de Bertha Lutz, assim como de outras delegadas que possuíam conhecimento sobre a causa das mulheres, foi imprescindível para que a delegação brasileira votasse nos assuntos referentes à mulher de forma a contemplar os interesses das mulheres brasileiras. Porém, segundo relatório oficial de Bertha Lutz (1975) sobre o evento, as discussões no âmbito da conferência muitas vezes se limitaram às políticas dos Estados presentes e não a igualdade entre os sexos.

A posição brasileira durante o decorrer da primeira conferência, bem como nas duas conferências seguintes, foi destacada pelo alinhamento com o G77, formado por países em desenvolvimento que atuavam na intenção de promover o seu desenvolvimento interno por meio da participação em fóruns internacionais. Deste modo, a forte presença deste grupo contribuiu para que, em muitas situações e discussões durante a conferência, questões propriamente feministas fossem desviadas em prol de uma maior abrangência de questões sobre desenvolvimento. Os países que compunham o grupo tiveram êxito em destacar o tema desenvolvimento nas resoluções finais da conferência (SILVA, 2013).

De modo geral, a participação da delegação brasileira durante a conferência foi pouco destacada, e o país se limitou a poucas propostas. Ainda assim, a delegação, em conjunto com outros países, propôs três resoluções que acabaram compondo o Plano de Ação final da Conferência, que continha ao todo 35 resoluções. A Resolução 24, denominada “Educação e Formação”, ressaltava a importância do acesso à educação por todas as pessoas, independente do seu gênero, idade, raça, religião ou origem étnica, e destaca que a expansão da educação pode diminuir a distância entre grupos socioeconômicos e a opressão contra mulheres. A resolução também reconhecia o acesso limitado de mulheres à educação como obstáculo para uma maior participação das mulheres na sociedade. Sendo assim, sugeria que os governos fizessem o possível para garantir educação gratuita para meninas e mulheres, livre de preconceitos e de reforçamentos de papéis de gênero (ONU, 1976).

A Resolução 25, denominada “Igualdade entre homens e mulheres e eliminação da discriminação contra mulheres”, reconhecia que a discriminação contra as mulheres dificulta a utilização da vasta gama de capacidades da mulher em favor da sociedade e impede uma

igualdade social, política e econômica entre os sexos. Ainda, a resolução destacou a importância do término da elaboração e implementação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), que acabou sendo adotada pela ONU apenas em 1979, enquanto o Brasil só a ratificou em 1984 (ONU, 1976; SILVA, 2013).

Por fim, a Resolução 27, “Medidas para a integração das mulheres no desenvolvimento”, relembra diversas resoluções adotadas pela ONU nos anos anteriores que tratavam do desenvolvimento interno dos países e, principalmente, da participação de mulheres no desenvolvimento, reconhecendo que um maior destaque da mulher na sociedade era necessário para maiores avanços econômicos e sociais. Assim, a resolução recomendava que os governos dessem atenção para movimentos desenvolvimentistas que integrem mulheres no seu processo e que incorporassem programas que beneficiem as mulheres durante o desenvolvimento (ONU, 1976).

As resoluções sugeridas pelo país, assim como o seu posicionamento durante a conferência, exaltam o caráter desenvolvimentista da política externa brasileira ainda muito presente durante os anos 70, bem como seu alinhamento com o G77, como visto na Seção 4.1. Apesar de esforços notáveis para a promoção dos direitos das mulheres durante a conferência, o interesse governamental brasileiro durante sua participação pode ser visto como prioritariamente o desenvolvimento econômico e social do país.

Segundo Silva (2013), o país pouco implementou as resoluções definidas no Plano de Ação e poucos foram os avanços no pensamento de políticas públicas para mulheres no contexto interno após a I Conferência. Os avanços na implementação do Plano de Ação alcançados na época foram possíveis principalmente pela pressão de grupos de mulheres que, entre outras conquistas, conseguiram garantir a promulgação da Lei do Divórcio, em 1977⁸. Esta lei garantiu uma maior liberdade para as mulheres discutirem temas como a violência doméstica e relações matrimoniais abusivas (SILVA, 2013).

Como foi visto no Capítulo 3, a Lei da Anistia promulgada em 1979 auxiliou na emergência de novos temas, pois permitiu a volta de várias mulheres exiladas ao Brasil, que trouxeram novas percepções para compor as pautas do feminismo brasileiro. Os movimentos

⁸ O direito ao divórcio é citado no Capítulo II F, “A Família Na Sociedade Moderna”, parágrafo 130, do Plano de Ação da Conferência do México. O parágrafo também aponta que os procedimentos para o divórcio devem se aplicar igualmente a ambos os sexos: “na dissolução do casamento, este princípio implica que os procedimentos e bases para a dissolução do casamento devem ser liberados e aplicados igualmente para ambos os cônjuges” (ONU, 1976, p. 27, tradução nossa)

políticos feministas presentes no país, então, passaram a questionar novos aspectos típicos do feminismo europeu, como o papel comportamental esperado das mulheres na sociedade (SARTI, 2004).

Os últimos anos da década de 70 foram marcados por transformações constantes na sociedade brasileira, como maiores aberturas políticas para formação de grupos e movimentos sociais. O movimento feminista, neste momento, priorizava a tentativa de posicionamento nas mudanças que estavam ocorrendo internamente, buscando a consolidação de um movimento político que combatesse, também, o ainda vigente regime militar, e não conseguiu se organizar propriamente para sustentar uma participação ativa da comissão brasileira oficial na II Conferência, denominada Conferência Mundial da Década das Nações Unidas para as Mulheres, em 1980 (SILVA, 2013).

De modo geral, a II Conferência da ONU Sobre a Mulher, ocorrida entre 14 e 30 de julho em Copenhague, na Dinamarca, não teve tanto impacto e comprometimento por parte de delegações oficiais quanto sua antecessora, mesmo com a participação de 145 países. Porém, o objetivo principal da conferência, discutir o cumprimento do Plano de Ação estabelecido na Conferência da Cidade do México, foi cumprido (GUARNIERI, 2010).

A participação brasileira, por sua vez, foi ainda mais tímida que a anterior. A delegação contou novamente com a presença de Bertha Lutz, porém, sua idade muito avançada dificultou o desempenho da sua tarefa como delegada. Ainda, a posição defendida pelo Brasil durante a conferência, ainda muito concentrada na questão do desenvolvimento, sofreu muitas oposições das feministas presentes no evento, que esperavam maiores posicionamentos em questões propriamente femininas (SAFFIOTI, 1995).

Mantendo seu alinhamento com o G77, o país propôs apenas uma resolução, conjunta com outros países, que dizia respeito à assistência internacional para a reconstrução da Nicarágua⁹, estabelecendo que uma melhoria de vida das mulheres no país só era possível com a sua reconstrução econômica e social plena (ONU, 1980). Este posicionamento pode refletir como, naquele momento, para o Brasil, mesmo em uma conferência voltada para a

⁹ A Nicarágua havia passado por uma guerra civil em 1978, conhecida como “Revolução Sadinista”. O país vivenciava uma ditadura alinhada aos interesses norte-americanos desde a década de 30, assim, em 1968, foi formado um movimento guerrilheiro denominado “Frente Sadinista de Libertação Nacional (FSLN)” que buscava acabar com a opressão ditatorial e com a ingerência estrangeira. Após a morte de um jornalista contrário ao governo ditatorial, em 1978, a FSLN promoveu batalhas contra o governo e conseguiu dominar o palácio presidencial, formando a Direção Nacional da Frente Sadinista de Libertação Nacional e assumindo o governo do país. O governo da FSLN se alinhava aos interesses do bloco socialista e foi altamente combatido por nações alinhadas aos EUA e ao bloco capitalista (SOUSA, 2016).

situação das mulheres, uma posição que trouxesse aliados e gerasse aproximações políticas era sua prioridade.

Por outro lado, a Tribuna paralela ao evento, que reuniu cerca de 8000 mulheres da sociedade civil e de ONGs, foi bastante ativa. A Tribuna discutiu temas além dos que compunham a pauta oficial do evento e permitiu que as feministas brasileiras presentes obtivessem uma percepção de que o feminismo deveria ser baseado nas demandas locais das mulheres, desvincilhando-se de uma visão amplamente europeia e norte-americana e considerando as diferentes pautas que podem existir para cada esfera social, política e cultural (SILVA, 2013).

Como foi visto na Seção 3.2, os anos 80 deram início ao processo de redemocratização e possibilitaram uma aproximação do movimento feminista com o Estado no Brasil. Esta maior aproximação contribuiu para amadurecer o posicionamento brasileiro durante a III Conferência da ONU Sobre a Mulher. Denominada “Conferência Mundial para revisar e avaliar as realizações da Década das Nações Unidas para a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, a conferência ocorreu em Nairóbi, Quênia, entre 15 e 26 de julho de 1985 e contou com a participação de delegações de 157 países e 163 ONGs (FONTÃO, 2011).

Novamente paralela ao evento oficial, foi realizada uma Tribuna que contou com a participação de aproximadamente 15000 mulheres da sociedade civil e de organizações não governamentais, que buscaram criticar a realidade político-social das mulheres. Suas discussões e propostas receberam destaque nos meios de comunicação e influenciaram delegações no âmbito da conferência (FONTÃO, 2011).

A delegação oficial brasileira contou com a presença da embaixadora do Brasil na Áustria, na época, Thereza Quintella, que foi de grande importância para a articulação entre as feministas brasileiras presentes e a delegação (SAFFIOTI, 1995). A pauta oficial da conferência, com caráter mais progressista, tratou pela primeira vez de assuntos como a violência contra a mulher e a situação de refugiados, e a delegação brasileira não se absteve da discussão, demonstrando interesse em participar e contribuir significativamente (FONTÃO, 2011; SILVA, 2013). Porém, no que diz respeito às propostas de resolução submetidas pelo país, a posição brasileira continuou alinhada ao G77 e se restringiu, novamente, aos temas de desenvolvimento (ONU, 1986).

De modo geral, a participação oficial do Brasil nesta terceira conferência aconteceu de forma mais aberta ao diálogo com os movimentos feministas presentes e com uma posição

que buscava reais melhorias para a situação da mulher no país e no mundo, mesmo sem se desligar da pauta de desenvolvimento interno. Este novo posicionamento pode ter sido reflexo do início da redemocratização brasileira, bem como do início de uma política externa que buscava a aproximação com grupos sociais e uma maior participação e posicionamento em questões sociais.

Como visto na Seção 3.2, a recente criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 1983, foi um dos poucos avanços concretos do país em relação às mulheres, mesmo após a realização das conferências. Entretanto, semanas após a participação do país na Conferência de Nairóbi, foi criada em São Paulo a primeira Delegacia de Defesa da Mulher¹⁰ que, de certa forma, marca o início de um maior pensamento de políticas públicas para as mulheres e dos dez anos de inovações mais abrangentes que antecedem a Conferência da ONU Sobre a Mulher em Pequim, em 1995 (FONTÃO, 2011).

4.3 PREPARAÇÃO E ATUAÇÃO BRASILEIRA NA CONFERÊNCIA DE PEQUIM

Como visto na Seção 2.2, os anos 90 foram marcados por um aumento significativo da globalização cultural e social, bem como pela emergência da agenda internacional de temas sociais, e os países passaram a enxergar temas como os direitos humanos não mais como instrumentos das guerras e da disputa de poder. Ainda, aumentou o atrelamento de questões sociais e ambientais com questões de segurança e econômicas, evidenciando que a cooperação nessas áreas poderia gerar melhores resultados que o uso do poder bélico.

Como visto na Seção 3.3, a década de 90 foi marcada por várias conferências sociais promovidas no âmbito da ONU, fortalecendo regimes internacionais e a cooperação nestas áreas. Deste modo, os anos 90 ficaram conhecidos como a década das Conferências Mundiais da ONU (SARDENBERG, 2015).

Em um contexto marcado por uma nova onda de democratização em diversas partes do mundo, a ONU incentivou a participação de movimentos sociais, ONGs e da sociedade civil nestas conferências, esperando que uma grande atuação destes grupos faria com que, após as conferências, os governos seriam monitorados e pressionados pelas esferas interessadas nos temas a implementar as resoluções a serem adotadas nas conferências

¹⁰ O documento Estratégias de Nairóbi Capítulo IV E, parágrafo 288, traz recomendações sobre o aumento das violências específicas contra o gênero feminino. O documento recomenda que os governos intensifiquem os esforços para estabelecer formas de assistência para as mulheres vítimas de violência, bem como, estabeleçam políticas e medidas para prevenir e eliminar estas violências, reprimindo imagens e representações degradantes das mulheres na sociedade.

(ALVES, 2001).

A atuação de feministas nestas conferências foi de extrema importância para uma maior consolidação do movimento internamente e influência em instâncias governamentais. Este processo teve início nas preparações para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, em que feministas de ONGs participaram ativamente em pré conferências e em fóruns globais. Esta atuação teve continuidade durante a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, ocorrida em Viena em 1993, e na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994. Durante a Conferência no Cairo, o diálogo entre feministas e o Ministro das Relações Exteriores foi decisivo para um posicionamento progressista por parte da delegação oficial, sendo que a posição brasileira no que dizia respeito à saúde e direitos reprodutivos resultou numa quebra com o G77, o qual preferia não se posicionar sobre estes assuntos, por ser composto por diversos países islâmicos ou católicos (SARDENBERG, 2015).

Em 1993, iniciou-se a preparação brasileira para a IV Conferência da ONU Sobre a Mulher, que viria ocorrer entre 4 e 15 de setembro de 1995 em Pequim, na China. Esta preparação ocorreu em duas instâncias: uma oficial, comandada pelo governo brasileiro e a outra, organizada pela sociedade civil e denominada Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), criada com a intenção principal de comandar esta preparação. A participação de ONGs foi decisiva para a articulação de temas e interesses nos dois níveis de preparação para a conferência (HADDAD, 2007).

A preparação da comissão oficial teve início em 08 de dezembro de 1993, a partir da criação do Comitê Brasileiro para a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, estabelecido por decreto do Presidente da República e composto por representantes de diversos Ministérios, assim como representantes do CNDM e do Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos Estaduais da Condição e dos Direitos da Mulher. O principal objetivo do Comitê era a elaboração do “Relatório Geral Sobre a Mulher na Sociedade Brasileira”. É importante ressaltar não só a elaboração de tal documento, que foi um fato inédito na preparação brasileira para as Conferências da ONU Sobre a Mulher, mas principalmente a consulta à sociedade na preparação do relatório (HADDAD, 2007; SAFFIOTI, 1995).

Com o objetivo de recolher dados para a construção do relatório, o Itamaraty, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação e de organismos da ONU, coordenou e promoveu cinco seminários com a participação da sociedade civil e especialistas em questões de gênero

ou mulheres ligadas ao movimento feminista. A participação destas mulheres foi um requisito importante para a garantia de veracidade e qualidade do relatório (HADDAD, 2007).

Os seminários foram realizados entre abril e agosto de 1994, em cinco capitais brasileiras e cobriram temas distintos: Gênero e Relações de Poder, realizado em Salvador; Políticas Econômicas, Pobreza e Trabalho, no Rio de Janeiro; Violência Contra a Mulher, em São Paulo; Mulher, Educação e Cultura e Saúde da Mulher, em Porto Alegre; e Propostas e Perspectivas para a próxima Década e Cooperação Internacional, em Brasília. O Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos Estaduais da Condição e dos Direitos da Mulher também promoveu dois seminários que contribuíram para a formulação do relatório: Prostituição e Tráfico de Mulheres, em Belém e; Políticas Públicas sob a Ótica de Gênero, no Rio de Janeiro (HADDAD, 2007).

Por sua vez, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) realizou 91 eventos em que cerca de 800 organizações participaram ao redor do país. Estes eventos tiveram como resultado documentos que evidenciavam a condição complexa da mulher brasileira na sociedade e a profunda desigualdade social vivenciada no país. A partir disto, foi realizada entre 15 e 18 de junho de 1995, no Rio de Janeiro, a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras Rumo a Pequim '95, que resultou na aprovação de uma Declaração Política, que era composta por reivindicações e propostas que englobavam o combate à violência de gênero e racial, o fortalecimento da participação de mulheres em processos decisórios políticos, bem como a garantia de direitos reprodutivos. Ainda, a declaração exigia que o governo brasileiro não retrocedesse nas posições defendidas durante as conferências anteriores (SARDENBERG, 2015; HADDAD, 2007).

A realização destes seminários e o diálogo direto com setores interessados no tema e na posição do Brasil no âmbito da conferência é evidência da busca pela representatividade e a eficácia da política externa brasileira, discutida na Seção 4.1, refletindo uma alteração sem precedentes desta política. Ainda, neste contexto, pode ser evidenciada a alteração da condução da política externa esperada com a alteração de regime, vista na Seção 2.3, sendo que o regime democrático contribuiu para uma maior influência da sociedade civil na política externa.

O último grande evento que ocorreu de preparação para a conferência em Pequim foi a 39ª sessão da CSW em Nova Iorque, de 13 março à 7 de abril de 1995, com o intuito de discutir e finalizar a Plataforma de Ação a ser adotada durante a conferência. Paralelo à sessão,

ocorreu um Fórum de ONGs contando com a presença de mais de 1400 mulheres que se reuniram para analisarem o documento e gerarem estratégias de influência no evento oficial (SARDENBERG, 2015; HADDAD, 2007).

A delegação oficial enviada a sessão do CSW pelo Brasil foi chefiada pela Embaixadora Thereza Quintella e contou com a presença dos diplomatas Marcela Nicodemus, Maria Tereza Augusti e Sérgio Lawrence, além de oito parlamentares federais, de representantes de ONGs e de uma representante da AMB, evidenciando uma descentralização da formulação da política externa, como visto na Seção 4.1 (HADDAD, 2007).

No período de negociações para a Plataforma de Ação, o G77 representava uma grande parcela das delegações presentes, no entanto já não sustentava uma posição homogênea. O Brasil acabou se distanciando mais uma vez das posições tradicionais adotadas pelo grupo, a fim de que esta aproximação não afetasse seus interesses próprios e de manter seu posicionamento altamente progressista (HADDAD, 2007).

A Plataforma de Ação definida durante a sessão não contemplava em sua totalidade as demandas de muitas mulheres e sofreu inúmeras ressalvas. De certo modo, a falta de consenso alarmava a possibilidade de retrocesso deste documento em relação aos avanços nas conferências anteriores. Assim, assuntos em que não foram possível chegar em um consenso, como saúde e direitos reprodutivos, seriam discutidos novamente em Pequim durante a conferência (HADDAD, 2007; ALVES, 2001).

A IV Conferência da ONU Sobre a Mulher contou, em sua totalidade, com a participação de 4969 delegadas e delegados de 189 Estados-membros ou observadores da ONU, bem como 4020 integrantes de ONGs. Ainda, a realização paralela do Fórum não governamental contou com a presença de 35000 pessoas, atingindo um número sem precedentes (ALVES, 2001).

A delegação brasileira, além de ser composta por delegados e delegadas pertencentes ao governo, também foi integrada por mulheres que representavam organizações não governamentais. Esta abertura à participação destas mulheres, assim como às mulheres que participavam do Fórum paralelo, pertencentes de ONGs ou feministas independentes, contribuiu para que o governo brasileiro confirmasse em sua agenda de política externa questões referentes às demandas do movimento feminista. Ainda, a delegação oficial tinha o comprometimento de se reunir com estas mulheres e avaliar e discutir as posições a serem tomadas pelo país, reconhecendo e valorizando a necessidade de diálogo com a sociedade

civil (HADDAD, 2007).

De modo geral, a atuação da delegação brasileira na conferência foi altamente progressista. Buscando manter os avanços alcançados nas conferências anteriores, o país reforçou novos aspectos e agiu ativamente em favor de assuntos polêmicos. A delegação brasileira se posicionou a favor da referência aos direitos sexuais das mulheres, que, por fortes ressalvas de países islâmicos e do Vaticano, bem como de alguns países latino-americanos, não chegaram a serem citados diretamente na Plataforma, citando apenas o controle da sexualidade como direito humano da mulher (ALVES, 2001).

O país ainda se posicionou em relação aos direitos reprodutivos das mulheres, ao controle da mulher sobre seu corpo e sua fecundidade e contribuiu para o reconhecimento na Plataforma da mulher como responsável igualitária nas decisões do casal sobre a quantidade de filhos. Ainda, mesmo que contrário às leis nacionais, a delegação brasileira defendeu a descriminalização do aborto, baseado nas demandas de ONGs presentes. A Plataforma de Ação, contudo, limitou-se a recomendar a discussão interna do tema nos países e a revisão de leis punitivas ao aborto ilegal, o que ainda assim compreendeu um avanço considerável (HADDAD, 2007).

A delegação brasileira ainda se posicionou sobre o tema mulher e trabalho e aliou-se a países africanos para defender o direito de meninas e mulheres de receberem herança em países muçulmanos e islâmicos. Por fim, o país trouxe à tona a discussão sobre racismo e reivindicou que raça e etnia fossem tratados na Plataforma como características que reforçam a opressão estrutural contra mulheres, seguindo recomendações de ONGs brasileiras de mulheres não brancas e alcançando o resultado desejado. A discussão deste tema foi considerada uma vitória histórica de mulheres negras brasileiras que lutavam há décadas pelo seu reconhecimento (HADDAD, 2007).

Pode-se notar, portanto, que a participação da delegação brasileira na Conferência de Pequim se deu de forma muito mais ativa do que suas participações anteriores. Suas reivindicações e propostas de temas foram altamente progressistas e representaram um marco na articulação entre movimentos sociais e Estado para a obtenção de reconhecimento de demandas destes movimentos. A tentativa do país em buscar satisfazer pressões internas por meio da inserção em âmbito internacional pode refletir a teoria de dois níveis desenvolvida por Putnam, como visto na Seção 2.4. Ainda, a participação ativa da delegação brasileira reflete a política de autonomia pela participação adotada pelo país no início da década de 90,

buscando influenciar na construção de regimes internacionais. A seção seguinte discutirá os avanços relacionados aos direitos das mulheres no Brasil pós-Conferência de Pequim.

4.4 OS DIREITOS DAS MULHERES NO BRASIL PÓS-CONFERÊNCIA DE PEQUIM

Apesar da significativa participação brasileira, pouco foi feito para a implementação da Plataforma de Ação de Pequim nos primeiros anos após a conferência, mesmo com a pressão de movimentos feministas e da AMB, que chegaram a organizar encontros e documentos com o intuito de relembrar o governo brasileiro do seu compromisso em avançar na implementação da Plataforma, como esperado pela ONU (SARDENBERG, 2015).

A cada cinco anos após a Conferência de Pequim, foram realizados, pela ONU, encontros para avaliar os avanços na implementação da plataforma, demonstrando um real interesse da organização em alcançar os objetivos das conferências dos anos 90. Para iniciar as preparações para o Pequim +5, a AMB organizou um encontro nacional em janeiro de 1999. Neste meio tempo, o governo criou uma Comissão Nacional a fim de preparar o relatório oficial a ser apresentado na ONU, sem uma participação mais direta da sociedade civil, apesar de demandas da AMB para que o relatório fosse apresentado ao movimento feminista e que a delegação brasileira fosse composta, também, por mulheres do movimento (SARDENBERG, 2015). Um dos avanços que puderam ser apresentados no relatório foi a criação de cotas para candidatas mulheres nas eleições, estabelecida inicialmente como 20% em 1996 e aumentada para 30% em 1998 (SPM, 2005).

Porém, um real avanço ocorreu a partir da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Afirmando um compromisso que havia feito com movimentos feministas e ONGs durante sua candidatura, o presidente criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)¹¹, em 2003, vinculada diretamente à Presidência da República (SARDENBERG, 2015).

A partir da criação da SPM, o governo nomeou o ano de 2004 como Ano da Mulher no Brasil e convocou a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), organizada pela SPM e pelo CNDM. Esta conferência contou com a mobilização e organização de movimentos feministas e com participação de milhares de mulheres em

¹¹ A SPM, desde outubro de 2015, tornou-se o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, a partir da junção desta Secretaria, com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Direitos Humanos. Em maio de 2016, quando o presidente interino Michel Temer assumiu a presidência, o Ministério foi extinto e suas secretarias atreladas ao Ministério da Justiça, agora Ministério da Justiça e Cidadania.

eventos locais e nacionais. Cerca de 2000 delegadas foram selecionadas dentre as participantes para articular um diálogo entre a sociedade civil e o governo, desde a instância municipal até a federal, a fim de formular o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) (SARDENBERG, 2015).

Em preparação para o Encontro Pequim +10, a SPM organizou um seminário em Brasília que reuniu oficiais do governo, representantes de organizações internacionais e mulheres membros de movimentos feministas, com o objetivo de discutir os avanços e desafios na implementação da Plataforma de Ação. O Brasil, neste encontro, não pode apresentar avanços decorrentes diretamente do Plano Nacional que havia sido criado recentemente, porém o apresentou como um meio de alcançar os objetivos da Plataforma (SARDENBERG, 2015).

A II CNPM ocorreu em 2007, em Brasília, com a participação de cerca de 2800 delegadas vindas de variadas partes do país com o objetivo de avaliar a implementação do I PNPM. Dentre os avanços destacados durante a implementação do PNPM, estão

a maior inserção da temática de gênero, raça/etnia no processo de elaboração do orçamento e planejamento do governo; a criação de organismos governamentais estaduais e municipais para coordenação e gerenciamento das políticas para as mulheres; e os avanços na incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas. Mereceram destaque, ainda, a promulgação da Lei no 11.340/ 2006 (Lei Maria da Penha); a criação da Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação Punitiva contra o Aborto; o aumento de crédito das mulheres rurais; e a política nacional de direitos sexuais e direitos reprodutivos (SPM, 2008, p. 22).

Um dos avanços que merecem maior destaque nesta época é o avanço na incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas, um dos pontos principais da Plataforma de Pequim, como visto na seção 3.3.

A avaliação também destaca os avanços que não lograram serem obtidos a partir da formulação do PNPM. Assim, a criação do II PNPM incorpora estes objetivos, estabelece novos e, além disso, determina novos eixos estratégicos (SPM, 2008). Entre outros resultados, o II PNPM consolidou a implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SPM, 2013).

Em 2010, o relatório oficial apresentado no Pequim +15, em forma de um questionário padrão exigido pela ONU, abrangeu, principalmente, os avanços alcançados decorrentes da I e II CNPM (SARDENBERG, 2015). O questionário, denominado “Questionário sobre a aplicação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e o documento final do vigésimo

terceiro período extraordinário de sessões da Assembleia Geral (2000) para a preparação das avaliações e exames regionais que terão lugar em 2010 para a comemoração de Pequim + 15” (2009) destaca como avanços a própria realização das duas CNPM, assim como a elaboração dos PNPM. Ainda, destaca a promulgação da lei de enfrentamento à violência doméstica e familiar; o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres; e a decisão do Presidente da República de transformar a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres em Ministério.

A III CNPM ocorreu em dezembro de 2011, evidenciando um compromisso da recém-eleita Presidenta Dilma em dar continuidade às conferências, contando com a presença de 200 mil participantes em todo o país e 2125 delegadas oficiais na etapa nacional. A conferência resultou no III PNPM, publicado em 2013 e com objetivos a serem cumpridos até 2015. Porém, no período de implementação do plano, foi observado um aumento considerável de forças conservadoras na ocupação de espaços governamentais, fazendo com que aumentasse a dificuldade na implementação de políticas para mulheres, já que estas forças, junto com parcelas da sociedade, se opõem fortemente a temas que dizem respeito às mulheres, como a descriminalização do aborto. Este fenômeno, inclusive, pôde ser observado de maneira global durante o Pequim +20, já que os documentos criados durante o encontro geraram grande desacordo, principalmente provocados por visões fundamentalistas. Este avanço conservador implicou, também, na falta de espaços políticos para a participação de ONGs durante o encontro, o que resultou no não reconhecimento por completo da importância da participação destas ONGs e do movimento feminista para implementar a Plataforma de Ação nos países (SARDENBERG, 2015).

A IV CNPM ocorreu entre os dias 11 e 13 de março de 2016, em meio a processos políticos históricos no país. Um dos avanços merecedores de destaque que antecedeu a conferência, foi a promulgação da Lei do Feminicídio, em março deste mesmo ano. Esta lei é de extrema importância para o reconhecimento do assassinato da mulher apenas pelo seu gênero ou como resultado de violência doméstica, afastando a ideia recorrente de crime passionais.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política externa brasileira manteve seu viés desenvolvimentista e de busca de inserção internacional durante praticamente todo o século XX. Permanecendo isolada nos

seus processos de formulação e implementação, a política externa era deslocada de políticas públicas. Apesar da participação do país nas duas primeiras Conferências da ONU Sobre a Mulher ter ocorrido com uma presença significativa de representantes de movimentos feministas, a posição da delegação nacional prezou, de forma quase absoluta, por avanços no desenvolvimento interno, mantendo alinhamento com o G77 e se distanciando de assuntos polêmicos.

O processo de redemocratização iniciado nos anos iniciais da década de 80 marcou uma pequena mudança de posicionamento brasileiro em relação a temas de políticas públicas tratados em âmbito internacional e possibilitou um maior diálogo entre a sociedade civil e o Estado, o que pôde ser observado durante a III Conferência da ONU sobre a Mulher, 1985.

O reestabelecimento por completo da democracia no Brasil, em conjunto com uma crescente globalização, assim como com a emergência de uma nova ordem mundial que priorizava questões de direitos humanos, resultaram em um sólido relacionamento entre o movimento feminista e o governo para a preparação do posicionamento brasileiro durante a Conferência de Pequim, em 1995. Este fato evidencia a importância do regime político vigente no processo de formulação de política externa, contexto no qual é possível visualizar a política externa como uma política pública que impacta na sociedade civil e, portanto, demanda o diálogo com esta sociedade a fim de implementar políticas que a contemple.

Também, o país passou a priorizar uma política externa de participação nas esferas da conferência, em contraponto ao seu posicionamento que priorizava a distância ao longo do século XX, buscando a adesão a regimes internacionais e solidificando uma participação ativa tanto em outros fóruns realizados durante a década de 90, quando na Conferência em Pequim.

5 CONCLUSÃO

A representação oficial brasileira nas Conferências da ONU Sobre a Mulher foi se tornando mais aberta às demandas do movimento feminista ao longo dos anos. Isto, como foi visto, se deu por alguns fatores internos e externos que influenciaram na política externa brasileira, tanto nas suas pautas, como na sua forma de ação.

A política externa brasileira, tradicionalmente, seguiu o padrão da teoria realista das relações internacionais, mantendo-se isolada de políticas públicas, deslocada da política doméstica e concentrada no Poder Executivo. Estes fatores a tornaram explicitamente voltada para o desenvolvimento nacional e para a inserção internacional do país, abrindo poucas brechas para a discussão de outros temas, como as questões sociais.

Entre as décadas de 60 e 90, o Brasil utilizou as conferências internacionais realizadas pela ONU, como as Conferências da ONU Sobre a Mulher, como oportunidades de se inserir entre os países mais desenvolvidos e de ressaltar a pauta do desenvolvimento interno, denunciando uma ordem econômica injusta e desigual. Assim, alinhado ao Grupo dos 77, formado por países em desenvolvimento, o país reforçou seus ideais durante a primeira Conferência da ONU Sobre a Mulher, em 1975, limitando-se a propor temas que tratassem da questão do desenvolvimento, apesar de não deixar de lado a importância da mulher no processo desenvolvimentista.

É importante ressaltar, contudo, que o governo brasileiro possibilitou certa aproximação do movimento de mulheres para a conferência, em um contexto marcado pelo regime militar. O recém-assumido Governo Geisel pretendia gerar uma maior liberdade política no país. Esta tal aproximação pôde ser evidenciada não somente pela presença de Bertha Lutz na delegação brasileira, mas também pela permissão que os movimentos tiveram para se reunir previamente e discutir temas feministas e pelo diálogo entre a delegação oficial e as mulheres presentes no evento.

No entanto, nos anos seguintes à primeira conferência, pouco foi feito pelo governo brasileiro para implementar o Plano de Ação definido durante o evento. Os resultados obtidos nos últimos anos da década 70, como a Lei do Divórcio, tema presente no Plano de Ação, foram alcançados decorrentes de forte pressão do movimento feminista.

O fim da década de 70 foi marcado por constantes mudanças na sociedade brasileira. A lei da anistia permitiu a volta de centenas de pessoas, inclusive mulheres exiladas, que trouxeram na bagagem novos questionamentos sobre o papel da mulher na sociedade.

Naquele momento, o movimento feminista estava focado nos acontecimentos internos, e a preparação para a II Conferência não ocorreu de forma satisfatória. Deste modo, a participação brasileira foi mínima e seu foco, novamente, foi no seu desenvolvimento e na busca de aliados políticos.

Os primeiros anos da década de 80 marcaram o começo do processo de redemocratização no Brasil. Junto a isso, uma maior abertura política permitiu que o movimento feminista alcançasse novos espaços, principalmente com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Assim, essa maior aproximação entre o movimento e o governo gerou um amadurecimento da posição brasileira durante a Conferência em Nairóbi, em 1985. O diálogo entre a delegação brasileira e as mulheres participantes de movimentos feministas na Conferência foi mais abrangente. A presença da embaixadora Thereza Quintella auxiliou neste contato e permitiu que novos temas fossem considerados pela delegação oficial, mesmo que a posição desta tenha se restringido a aceitar resoluções propostas por outros países e a propor apenas resoluções ligadas ao desenvolvimento.

De todo modo, este novo contato já demonstrava como a relação entre a sociedade civil e o governo poderia melhorar fora dos limites impostos pelo regime militar. A formulação da nova Constituição em 1988 expandiu os direitos das mulheres em várias esferas.

No que diz respeito à política externa, o Governo Collor aderiu às mudanças que vinham ocorrendo internacionalmente. Com o fim da Guerra Fria, assuntos anteriormente considerados *low politics*, passaram a compor de forma mais abrangente a agenda internacional e, mesmo que gradualmente, o Brasil passou a incorporar estas pautas ao mesmo tempo em que reformulava sua maneira de fazer política externa. Ainda, além do fim da Guerra Fria, o mundo estava passando por outras transformações na sua conjuntura, como a intensificação da globalização e a emergência de novos temas na agenda internacional.

O Brasil se distanciou do caráter desenvolvimentista promovido pelo G77, abriu maiores espaços decisórios e permitiu que novos atores participassem do processo de decisão, deixando de tratar a política externa como uma política deslocada da doméstica. A crescente superação dos limites entre interno e externo, intensificados durante os processos de globalização, influenciaram a percepção brasileira da conectividade entre políticas domésticas e internacionais e na necessidade de considerar que assuntos antes tratados prioritariamente em âmbito nacional, atingem esferas transnacionais e requerem tratamento em fóruns

internacionais, considerando a necessidade de regimes internacionais para tais questões.

Ainda, a partir da promoção de uma diplomacia pública, que visava à representatividade e a eficácia, o país passou a considerar as demandas de ONGs, movimentos sociais e da sociedade civil para que o governo pudesse interagir com estes grupos de interesse a fim de promover uma política externa com resultados satisfatórios para a sociedade, buscando garantir uma eficácia na promoção destas políticas.

Esta nova aproximação pôde ser evidenciada já nas primeiras conferências mundiais ocorridas nos primeiros anos da década de 90. Estas conferências aconteceram em um contexto de emergência de uma nova ordem mundial e de uma vasta democratização em diversos países. Neste contexto, via-se a necessidade da promoção dos direitos humanos em âmbito global e doméstico. Portanto, o Ministério das Relações Exteriores buscou consultar grupos de interesse para ajudar na formulação de seu posicionamento nas conferências. No caso das questões de gênero, isto ocorreu, principalmente, durante a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, em 1994, em que o diálogo com movimentos feministas contribuiu para um posicionamento progressista da delegação brasileira.

Internamente, em preparo para a IV Conferência da ONU Sobre a Mulher, a criação pelo presidente da República de um comitê próprio para este processo, que visava à elaboração de um Relatório Geral Sobre a Mulher na Sociedade e que contava com a presença de representantes do CNDM e de mulheres de outros Fóruns e ONGs, foi um marco no que diz respeito ao reconhecimento pelo governo da importância da sociedade civil no processo de decisão de política externa. A formulação da posição brasileira para a Conferência foi baseada nas demandas apresentadas por mulheres durante a preparação do relatório, por meio de seminários que ocorreram em diversas partes do país. Ainda, foram levadas em consideração as pautas resultantes de seminários e resoluções realizados pela Articulação de Mulheres Brasileiras.

O país, também, demonstrou nesta conferência outra nova característica de sua política externa, a autonomia pela participação, que visava a uma participação relevante em fóruns internacionais, buscando influenciar na formulação de regimes internacionais. Assim, a representação da delegação oficial durante a conferência foi marcante. A articulação entre a delegação e o movimento feminista foi feita de forma sem precedentes e implicou no posicionamento brasileiro a favor do movimento e de suas demandas em diversas pautas

polêmicas, cumprindo seu comprometimento em não deixar que a Plataforma de Ação a ser adotada retrocedesse em relação às anteriores.

Porém, o posicionamento brasileiro por meio de seus delegados oficiais enviados à Conferência não refletiu inteiramente no âmbito interno após a conferência. Mesmo que a posição na conferência tenha sido progressista e discutido temas como a descriminalização do aborto, nos primeiros anos após Pequim pouco foi feito para implementar a Plataforma. A pauta de direitos das mulheres é, muitas vezes, confrontada por alas mais conservadoras do governo e da sociedade, o que pode resultar em uma dificuldade de gerar melhorias nas condições de vida das mulheres.

A mudança de governo, em 2003, para um governo que pretendia se basear na demanda de movimentos sociais influenciou positivamente na construção de políticas públicas para mulheres. Durante o Governo Lula, melhorias significativas foram observadas como a criação de uma secretaria própria para tratar de assuntos ligados às mulheres e a promoção de conferências e de planos nacionais que buscavam afetar positivamente na forma que a mulher é inserida na sociedade, bem como na forma que ela é tratada, seja no ambiente privado quanto no público. Estas melhorias foram continuadas durante o Governo Dilma. Estes governos se comprometeram a implementar a Plataforma de Ação de Pequim, mesmo que, ainda hoje, muitas das suas resoluções, como o pensamento pelos países de leis não punitivas ao aborto, não alcançaram resultados internos.

De modo geral, é possível perceber como a emergência de uma nova ordem mundial, superando a Guerra Fria e permitindo a expansão de temas como os direitos humanos para âmbito internacional, assim como a superação de um regime militar e a redemocratização do governo brasileiro influenciaram positivamente na abertura do processo de formulação de política externa do país e na atuação brasileira nas conferências da ONU.

Os indícios de alteração na atuação brasileira nas conferências puderam ser observados já na III Conferência em Nairóbi, mesmo no início do processo de redemocratização, já que a participação de um governo civil que pretendia dialogar com movimentos sociais permitiu uma aproximação do movimento feminista nos processos de decisão, mesmo que a delegação brasileira tenha se limitado às pautas desenvolvimentistas durante a conferência.

Esta alteração na atuação brasileira é altamente evidenciada no processo de preparação para a IV Conferência, em que governo promoveu seminários para dialogar com a sociedade

civil, a fim de contemplar as demandas do movimento feminista no âmbito da conferência. Deste modo, a própria atuação brasileira em Pequim foi altamente progressista e buscou meios de garantir as demandas do movimento feminista brasileiro no Plano de Ação da conferência.

Mesmo que a mulher brasileira, em muitas esferas, ainda não seja tratada com a mesma seriedade que os homens, os anos em que foram realizadas as conferências, as conferências em si, os esforços do governo brasileiro após estas e, obviamente, a luta dos movimentos feministas foram imprescindíveis para afirmar e melhorar os direitos das mulheres na sociedade.

Com o afastamento da Presidenta Dilma, devido ao processo de impeachment em andamento, o presidente em exercício Michel Temer acabou por fundir o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos ao Ministério da Justiça e denominá-lo, então, Ministério da Justiça e da Cidadania. Para presidir o Ministério, Temer nomeou Alexandre de Moraes, ex-Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo e conhecido pela sua forte repressão a movimentos sociais e estudantis. É de se esperar, portanto, que a promoção dos direitos das mulheres sofra um retrocesso, por conta da onda conservadora que se instala no país, o que pode influenciar na alteração do posicionamento brasileiro em possíveis futuras conferências, em relação à conferência em Pequim.

Este trabalho se baseou especificamente na atuação brasileira nas Conferências da ONU Sobre a Mulher e na influência do movimento feminista neste processo, deixando de abordar certos aspectos relevantes que podem ser objeto de pesquisas futuras, como um aprofundamento sobre o impacto dos compromissos assumidos nas conferências nas políticas públicas domésticas e, até mesmo, o papel das conexões transnacionais entre movimentos feministas nas pautas do movimento feminista brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1985.
- ALVES, José Augusto Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais: A década das conferências**. Brasília: Ibri, 2001.
- ALVES, José Augusto Lindgren. **Os Direitos Humanos na Pós-Modernidade**. São Paulo: Perspectiva, 2005, 254 p
- AXELROD, Robert. **The Evolution of Cooperation: Revised Edition**. New York: Basic Books, 2006.
- BANDEIRA, Lourdes. **A Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Brasília: SPM, 2004.
- BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. **Tempos e Memórias: Movimento Feminista no Brasil**. Brasília: SPM, 2010.
- BARACUHY, Braz. A crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira. **Contexto Internacional**, [s.l.], v. 28, n. 2, p.355-397, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292006000200002>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v28n2/a02v28n2.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2016.
- BARSTED, Leila Linhares. O Direito Internacional e o Movimento de Mulheres. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, v. 3, n. 1, p. 191-197, 1995.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo II: A Experiência Vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- CASADO, Belén García. **As conferências internacionais e a sua influência na transformação da realidade das mulheres**. Escuela Abierta de Feminismo. [200-]. Disponível em: <<http://www.escueladefeminismo.org/IMG/pdf/conferencias-pt.pdf>> Acesso em: 21 de abril de 2015.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade, Volume II**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Araújo. **Organizações e notas de Rodrigo Amado**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982. In: LIMA, Maria Regina Soares de. **Aspiração Internacional e Política Externa**. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, [s.i.], n. 82, p.4-19, mar. 2005.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 4ª ed. Brasília: UNB, 2011.

CORTINHAS, Juliano da Silva. Associação de variáveis sistêmicas e domésticas na análise das decisões de política externa. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, p.69-101, jun. 2016. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/233/206>>. Acesso em: 10 set. 2015.

DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília: FUNAG, 2011.

ESTRE, Felipe Bernardo. **Poder, Interdependência e Desigualdade**. 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Relações Internacionais, PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/19569/19569_1.PDF>. Acesso em 02 out. 2015.

FERREIRA, Túlio Sérgio Henriques. A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985). **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 49, n. 2, p.119-136, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO).. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a07v49n2.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

FIGUEIRA, A.C.R. **Processo Decisório em Política Externa no Brasil**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo: São Paulo, 2009.

FONTÃO, Maria Angélica Breda. **As Conferências da ONU e o Movimento de Mulheres: Construção de uma Agenda Internacional**. 2011. 60 f. Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2403/1/2011_MariaAngelicaBredaFontao.pdf>. Acesso em: 06 maio 2016.

FRANÇA, Cássio; SANCHEZ, Michelle Rattón. A horizontalização da política externa brasileira. **Valor Econômico**, Brasília, p.14, 24 abr. 2009. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/449319>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes Limitada, 1971.

GONÇALVES, E. F. M.; FERREIRA, G. G.. As lutas sociais no Brasil: da ditadura ao governo Lula. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 5., 2013, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: UEL, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_em%EDlia_e_grabrielle_GV.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2015.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. **Cad. Pagu**, [s.l.], n. 36, p.25-46, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n36/n36a3.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

GUARNIERI, Tathiana Haddad. Os direitos das mulheres no contexto internacional: Da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995). **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, [s.i.], n. 8, jan/jun 2010. Disponível em: <<http://re.granbery.edu.br/artigos/MzUx.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2015.

HADDAD, Tathiana Machado Araújo. **Diplomacia pública: A política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing (1995)**. 2007. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10180/10180_1.PDF>. Acesso em: 09 maio 2016.

HERMANN, Charles F. **International Studies Quarterly**, 1990. In: VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p.273-335, jul./dez. 2007.

HILL, C. **The Changing Politics of Foreign Policy**. London: Palgrave, 2003. In: MILANI, Carlos R. S.. Atores e agendas no campo da política externa brasileira de direitos humanos. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R. S. (Org.). **Política externa brasileira: a política das práticas e as práticas da política**. Rio de Janeiro: Fgv, 2011. p. 33-70.

HUDSON, Valerie M.. Foreign Policy Analysis: Actor-Specific Theory and the Ground of International Relations. **Foreign Policy Analysis**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.1-30, 4 fev. 2005. Wiley-Blackwell. DOI: 10.1111/j.1743-8594.2005.00001.x.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. **Introduction to International Relations: Theories and Approaches**. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: Cooperation and discord in the World Political Economy**. 2ª New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. New York: Longman, 1977.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S.. Globalization: What's New? What's Not? (And So What?). **Foreign Policy**, [s.l.], n. 118, p.104-119, 2000. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/1149673>. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1149673?origin=JSTOR-pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

KRASNER, Stephen D.. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Rev. Sociol. Polit.**, [s.l.], v. 20, n. 42, p.93-110, jun. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782012000200008>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n42/08.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

LASAGNA, Marcelo. Cambio institucional y política exterior: un modelo explicativo. **Afers Internacionals**, [s.i.], n. 32, p.45-64, jan. 1996. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/RevistaCIDOB/article/view/27990/27824>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, p. 265-303, 2000.

LIMA, Maria Regina Soares de. Aspiração Internacional e Política Externa. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, [s.i.], n. 82, p.4-19, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/82-MRSL.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

LUTZ, Bertha. Relatório de Bertha Lutz ao Ministério das Relações Exteriores sobre sua participação na Conferência do México, 1975. **Museu Virtual Bertha Lutz**. Disponível em: <<http://lhs.unb.br/bertha/wp-content/uploads/2013/03/Relat%C3%B3rio-Conferencia-Mexico-1975.pdf>>. Acesso em: 08 de junho de 2016.

MILANI, Carlos R. S.. Atores e agendas no campo da política externa brasileira de direitos humanos. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R. S. (Org.). **Política externa brasileira: a política das práticas e as práticas da política**. Rio de Janeiro: Fgv, 2011. p. 33-70.

MILNER, Helen. International Theories of Cooperation Among Nations: Strengths and Weaknesses. **World Pol.**, [s.l.], v. 44, n. 03, p.466-496, abr. 1992.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A Política Externa Brasileira em um Contexto Globalizado. **Relações Internacionais no Mundo Atual**, Curitiba, n. 9, p.9-32, 2009.

NARDINI, Rafael. Alexandre de Moraes, o ministro da Justiça de Temer, tem no currículo ataques a estudantes e movimentos sociais. **Brasilpost**. 12 maio 2016. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/2016/05/12/ministro-da-justica-estudantes_n_9910658.html>. Acesso em: 10 maio 2016.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicol. Estud.**, [s.l.], v. 11, n. 3, p.647-654, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça.**, 1945.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Report of the World Conference of the International Women's Year**. New York: United Nations Publications, 1976.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Report of the World Conference of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace**. New York: United Nations Publications, 1980.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace**. New York: United Nations Publications, 1986.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A

CULTURA (UNESCO). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Brasília, 1998.

OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Rev. Estud. Fem.**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.238-241, ago. 2004. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23971.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2016.

PEDRO, Cláudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As Conquistas do Movimento Feminista como Expressão do Protagonismo Social das Mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. Londrina, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p.15-23, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Portal Brasil. **Secretaria de Políticas para as Mulheres consolida avanços**. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/secretaria-de-politicas-para-as-mulheres-completa-12-anos-de-conquistas-para-a-mulher-brasileira>>. Acesso em: 08 maio 2016.

PUTNAM, Robert D.. Diplomacy and domestic politics: the logic os two-level games. **International Organization**, World Peace Foundation and Massachusetts Institute of Technology: 42, 3, Summer 1988.

Questionário sobre a aplicação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing e o documento final do vigésimo terceiro período extraordinário de sessões da Assembleia Geral (2000) para a preparação das avaliações e exames regionais que terão lugar em 2010 para a comemoração de Beijing + 15. **Governo Brasileiro**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/8/36338/Brasil.pdf>>. Acesso em: 24 de junho de 2016.

ROURE, Agenor de. **A constituinte republicana**. Brasília, DF: Senado Federal, 1979

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. Enfim sós: Brasil Rumo a Pequim. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p.198-202, jan/jun 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16935/15499>>. Acesso em: 04 maio 2016.

SALOMON, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 2013, vol.56, n.1, pp. 40-59.

SARDENBERG, Cecilia M.b.. Brazilian Feminisms in Global Spaces: Beijing and Beijing+20. **IDS Bulletin**, [s.l.], v. 46, n. 4, p.115-122, jul. 2015. Institute of Development

Studies. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1759-5436.12166/epdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

SARAIVA, Miriam Gomes; TEDESCO, Laura. Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 44, n. 2, p.126-150, dez. 2001. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n2/a07v44n2.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Rev. Estud. Fem.**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.35-50, ago. 2004. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2016.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 43, n. 1, p.138-169, jun. 2000. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a07.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2015.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. 567p
Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres (SPM). **Resposta do Estado Brasileiro: Questionário sobre a aplicação da Plataforma de Ação de Beijing (1995) e os Resultados do vigésimo-terceiro período extraordinário de sessões da Assembléia Geral (2000)**. Brasília: SPM, 2005. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/resposta-brasileira.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf>. Acesso em: 07 maio 2016.

SILVA, Vivian Souza Alves da. Representação oficial e o movimento feminista brasileiro: Os fóruns internacionais sobre gênero da ONU e a atuação brasileira. **Anais do III SINAGI: gênero, sexualidades e movimentos sociais**, Catalão, v. 1, n. 1, p.516-531, out. 2013. Disponível em: <https://dialogus.catalao.ufg.br/up/502/o/Anais_III_SINAGI_2013_13_01.pdf?1389650469>. Acesso em: 04 maio 2016.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Cap. 2. p. 31-42.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Revolução Sandinista; **Brasil Escola**, 2016. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/revolucao-sandinista.htm>>. Acesso em 24 de junho de 2016.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 47, n. 2, p.191-222, dez. 2004.

FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292004000200007>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n2/v47n2a07.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

TELLES, Maria Amelia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964). **Rev. Bras. Polít. Int.**, [s.i.], v. 37, n. 1, p.24-36, 1994.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p.134-154, 1999.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of International Politics**. California: Addison-Wesley, 1979.

WOITOWICZ, Karina Janz. A violência contra a mulher na pauta da imprensa feminista - Traços de uma trajetória de lutas e conquistas do Movimento de Mulheres no Brasil, entre os anos 1970/80. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTORIA DA MÍDIA, 5, 2007. São Paulo, 2007.